

OLISIP

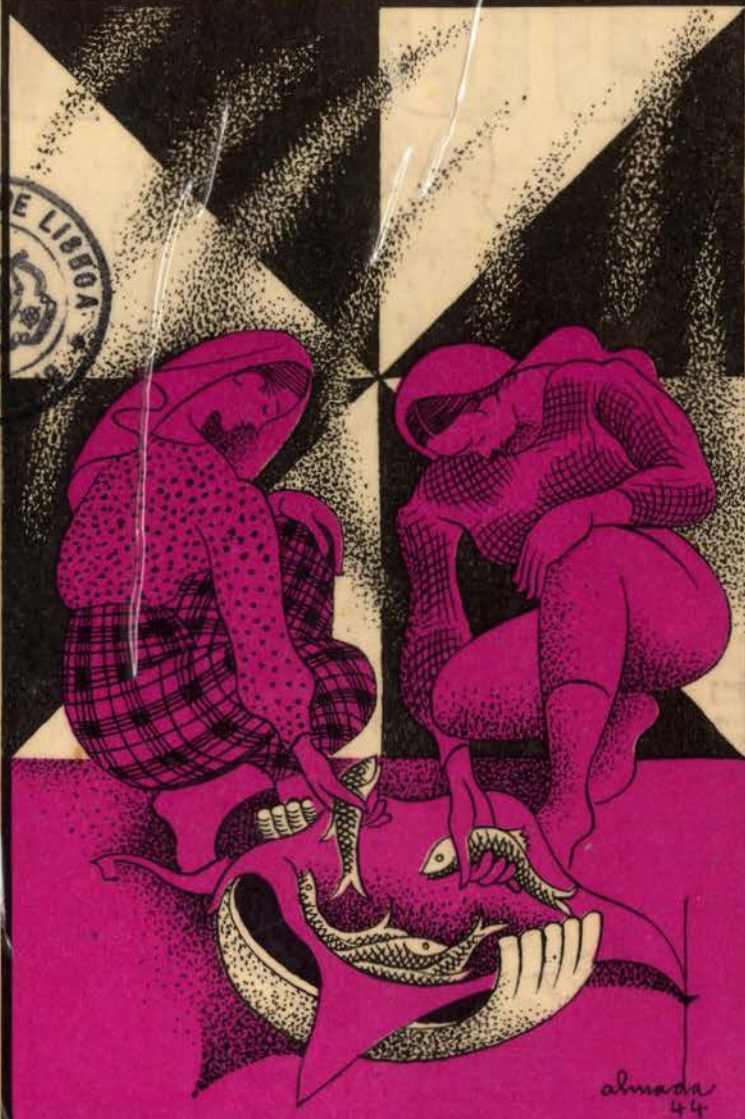
BOLETIM DO
GRUPO

"AMIGOS DE
LISBOA"



ANO X
N.º 39

JULHO
1947



COURAÇA

TORNA OS DENTES BONITOS



Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

S. A. R. L.

CAPITAL: 80.000.000\$00 • FUNDOS DE RESERVA: 81.000.000\$00

SEDE: 95, RUA DO COMÉRCIO, 119 — LISBOA

Filiais — Porto, Coimbra, Braga, Faro, Covilhã,
Ponta Delgada — (Açores)

Agências — Abrantes, Espinho, Estoril, Gouveia,
S. João da Madeira, Santarém, Torres Novas, Man-
gualde, Torres Vedras, Tostozendo, Moura, Figueiró
dos Vinhos, Guarda, Matosinhos, Olhão, Montijo,
Montemor-o-Novo e Vila Franca de Xira

Dependências urbanas (LISBOA) — Alcântara, Al-
mirante Reis, Benfica, Conde Barão e Poço do Bispo.

EFFECTUA TODAS AS OPERAÇÕES BANCÁRIAS.

TELE { FONES: 58135-58136
GRAMAS: MALHAS



CÓDIGOS { ABC — 5.ª Edição
RIBEIRO

MARCA REGISTRADA

SIMÕES & C.ª, LIMITADA

AVENIDA GOMES PEREIRA — BENFICA

FUNDADA EM 1907

A mais importante Fábrica de artefactos de malha
do País. Fabricação de meias, peúgas, camisolas e
rouparia de malhas para homens, senhoras e crianças,
em algodão, lã e seda

**CRIADORA DA BEM CONHECIDA E AGREDITADA MEIA «SUPERKALIO»
E DAS ROUPAS «SUPREMA»**

Porque rirão?
Porque estão a ler?

"LISBOA EM CAMISA"
de GERVÁSIO LOBATO que
o livro está em português e
a sua publicação em 13.^o edição
que a PARCEIRA ANTONIO MARIA PEFEIRA

COMO CONVENCER
A VISITAR A

GALERIA A. MOLDER?

As nossas últimas aquisições merecem
—em toda a parte do Mundo—ser classi-
ficadas como boas obras de ARTE!

Novos trabalhos de:

ALBERTO SOUZA
ALFREDO MORAIS
VARELA ALDEMIRA
CARLOS PINTO RAMOS
MARIO SALVADOR
MARIA ADELAIDE LIMA CRUZ
ATTILA MENDLY
etc, etc.

Por preços muito acessíveis, poderá
V. Ex.^a adquirir lindos quadros para
decorar a sua casa

GALERIA A. MOLDER

R. Primeiro de Dezembro, 101, 3.^o

Telefone 2 1514

(POR CIMA DO DO CAFÉ RESTAURAÇÃO)

Eduardo Gomes Cardoso

CONSTRUTOR MECÂNICO

AVENIDA 24 DE JULHO, 26

End. tel.: EDCARD Tel. 60289

LISBOA

Máquinas para a indústria corticeira.
Máquinas para a Indústria de con-
servas. Geradores de gás pobre
para lenha, desperdícios de madei-
ras, antracites e carvões vegetais.

Bombas centrífugas e rotativas

Transmissões: veios, uniões rígidas e
de fricção (embreagem), chumacei-
ras de rolamentos esféricos, auto-
máticas e de tipo Sellers

**Construções e reparações
mecânicas**

DESENHOS E ORÇAMENTOS

Telef. 2 0244 Teleg. PAPELCAR

Papelaria

CARLOS

de Carlos Ferreira, Lda.

34, RUA DO OURO, 38
LISBOA

Especialidade em livros para
ESCRITURAÇÃO COMERCIAL

Grande sortido de artigos para
DESENHO E ESCRITÓRIO

EM PLENA ACTIVIDADE RENOVADORA

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

apresentou em Dezembro de 1946

o navio-motor **REVUMA**

e apresentará em 1947 **dois** paquetes, **três** cargueiros e **um** cargueiro grande e **dois** navios de cabotagem, **num total superior a 50 mil toneladas.**

A **C. N. N.** ao serviço do Império
leva o nome de Lisboa a todos os mares do mundo

LISBOA

RUA DO COMÉRCIO, 85
TELEF. 2 3021

PORTO

RUA INFANTE D. HENRIQUE, 73
TELEF. 1434

ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES

PROJECTOS DE ESTABILIDADE

BETÃO ARMADO

Av. Oriental do Parque Eduardo VII, 14, r/c.-E.

TEL. 4 9313 — LISBOA

—
Rua Fonseca Cardoso, 20, 2.º

TEL. (provisório) 5150 — PORTO

UM BOM LIVRO
UM BOM JORNAL

SÓ NA



MARCA REGISTRADA

COMPOSIÇÃO MECÂNICA

TRABÁLHOS GRÁFICOS
EM TODOS OS GÉNEROS

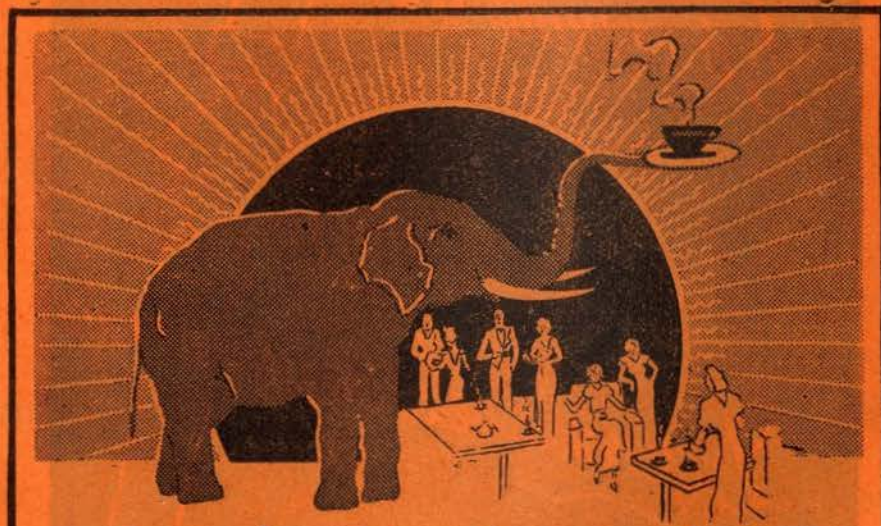
151, RUA DO SALITRE, 155 — LISBOA
TELEFONE PBX 53173/4

Os «Amigos de Lisboa»

Preferem, para os seus seguros, a

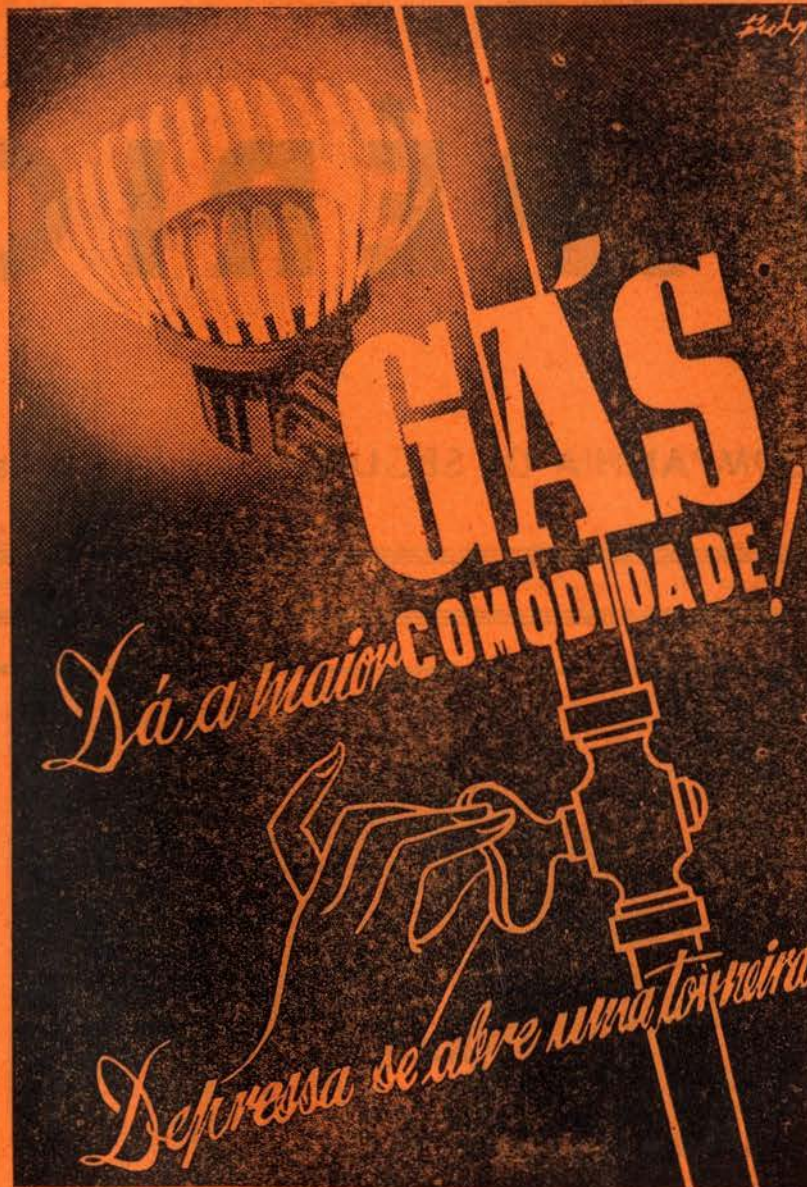
IMPÉRIO

Uma COMPANHIA DE SEGUROS que honra Lisboa



CHÁ CELESTE

preto e verde, uma delicia!



VINHO DO PORTO

« GRAHAM »

- « Emperor »
- « Five Crowns »
- « Six Grapes »
- « Imperial Dry »
- « Tawny » Velhíssimo
- Muito velho e sêco
- « Vintage » Velho do casco
- « Ruby » Leve



GUILHERME GRAHAM JNR. & C.ª

Rua dos Fanqueiros, 7
Lisboa Tel. 20066-9

Rua dos Clérigos, 6
Porto Tel. 880-1

Distribuidores no Sul

JOSÉ LUIZ SIMÕES — LARGO DO CHIADO, 17 — LISBOA

EXPOSIÇÕES



GRÁFICOS

Recortes, letras em madeira e cortiça
Trabalhos de Carpintaria e Marceneria

Tel. 21483



42, RUA DA VINHA, 42-A



LISBOA

E. PINTO BASTO & C.^A L.^{DA}

L I S B O A

TRANSPORTES MARÍTIMOS E AÉREOS
CARVÃO — SEGUROS
REPRESENTAÇÕES (Industriais, etc.)
EXPORTAÇÕES — TRANSITÁRIOS
E T C . — E T C .

NO PORTO

Kendall, Pinto Basto & C.^a L.^{da}

ESTORIL

COSTA DO SOL

A 23 QUILÓMETROS DE LISBOA / EXCELENTE ESTRADA MARGINAL
Rápido serviço de comboios eléctricos — Clima excepcional durante todo o ano

Todos os desportos: Golf, (15 buracos), Tênis, Hipismo, Natação, Esgrima, Tiro, etc.
Estoril-Palácio-Hotel: Moderno e elegante — Magnífica situação.
Hotel do Parque: Todo o conforto — Anexo às termas.
Monte Estoril-Hotel: (antigo Hotel de Itália) completamente modernizado.
Estoril-Termas: Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico. Análises Clínicas — Ginástica Médica — Maçagens.
Tamariz: Magníficas esplanadas sobre o mar. Restaurante-Bar.

PISCINA de água tépida — SALA de ARMAS
ESCOLA DE EQUITAÇÃO — STANDS DE TIRO

CASINO:

Aberto todo o ano
Cinema — Concertos — Festas
Dancing — Restaurante — Bars
Jogos autorizados

Informações: — Soc. Propaganda da Costa do Sol — ESTORIL

Oferta

27. JUL. 1988

ANO X

JULHO DE 1947

NÚMERO 39

OLISIPO

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA

EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

— REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 25711 —

COMP. E IMP. NA «EDITORIAL IMPÉRIO, LIMITADA»-R. DO SALITRE, 153-TELEF. 53142-LISBOA

SUMARIO

- LUÍS PASTOR DE MACEDO, por *H. R.*
- AS MALFEITORIAS NA SÉ DE LISBOA, pelo Eng.º *A. Vieira da Silva*
- A DENSIDADE DEMOGRÁFICA DE LISBOA E CONCELHOS ADJACENTES, dum discurso proferido na Assembleia Nacional em 17 de Janeiro, pelo Eng.º *Araújo Correia*.
- O MUSEU DA CIDADE DE LISBOA, pelo *Dr. Jaime Lopes Dias*
- A ESTRADA DE SACAVÉM E O PITORESCO DOS SEUS RETIROS, por *João Monteiro*
- FUNDAÇÃO DO CONVENTO DA ESTRÊLA, pelo capitão capelão *José António Marques Júnior*
- 1.ª CONFERÊNCIA BIENAL DOS «AMIGOS DE LISBOA»
- CRIANÇAS E ESCOLAS DE LISBOA, tese apresentada pelo *Dr. José Gonçalo Santa-Rita*
- «PULMÕES» DA CIDADE, tese apresentada pelo *Dr. Amaro de Almeida*
- LISBOA PRECISA DE UM BLOCO MODERNO PARA ESCRITÓRIOS, tese apresentada pelo *Dr. Amadeu Ferreira de Almeida*

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A TODOS OS SÓCIOS
OS ARTIGOS AQUI PUBLICADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES



LUÍS PASTOR DE MACEDO

Não são palavras de simples pragmática as que aqui se desejam registar acerca da nomeação de Luís Pastor de Macedo para Presidente substituto da Câmara Municipal de Lisboa. Para nós, os Amigos de Lisboa, o facto transcende do cumprimento protocolar para o regosijo de vermos em posto tão alto da governação municipal o orientador do movimento cultural lisiponense.

É demasiadamente cedo para se fazer o estudo ou a biografia da sua personalidade ou analisar os reflexos duma obra pessoal cheia de interesse, que constantemente se desdobra, se multiplica e evolui em permanente desenvolvimento, a acorrentar adeptos, a instruir entusiastas, a agregar valores feitos, a formar escola, a estabelecer doutrina, mantendo sempre viva e luminosa a chama lisiponense.

Pode dizer-se que o Grupo, sem querer, sem se dar por isso, sem que alguém já o tenha dito, se constituiu num dos seus aspectos em Academia da História de Lisboa, alcançando prestígio passo a passo, impondo categoria de instituição séria.

Naturalmente, esse resultado auspicioso é obra de muitos, é a conjugação de vários esforços. Pastor de Macedo, porém, foi o organizador, foi quem obviou a qualquer desfalecimento. Ao fim de dez anos não há desinteligências, não há dispersão, não há desânimo, pelo contrário o Grupo cresce, fugindo da banalidade, ignorando a política, sentando mesmo nas cadeiras directivas roupagens mentais e doutrinárias de vários tom.

Agora a Câmara Municipal de Lisboa leva-nos o Secretário Geral. A Direcção, por voto unânime dos presentes, sob proposta do Senhor Presidente, recusou a demissão espontaneamente pedida. Ele instou inflexivelmente, alegando o princípio que sempre defendeu, de que o Grupo deve estar independente da Câmara. Houve que concordar.

Na hora das comemorações centenárias a Câmara reclama com justiça o saber do homem que gizou as festas da cidade de 1934 e 1935, festas que, depois de acordarem sabores populares adormecidos e reviverem história da grandeza passada, criaram mentalidade nova na raça e foram figurino, esboço e estímulo das que em 1940 solelizaram o oitavo centenário da fundação da nacionalidade.

Destas, ocorre narrar um pequeno episódio, demonstração da sua sensibilidade de lisboeta. Pastor de Macedo, membro da Comissão Executiva das Festas, trouxera para o Grupo o encargo do Cortejo Cívico, número com que abriam as comemorações, que à primeira

vista e antes de se ouvir o seu plano, parecia não ter interesse de maior.

Reunida na Biblioteca a comissão privativa do Grupo, Pastor de Macedo depois de apresentar as linhas gerais da sua concepção,



O Tenente-Coronel Sr. Salvação Barreto, Presidente do Município, discursando no acto de posse do Sr. Luís Pastor de Macedo

entra no detalhe do desfile e propõe a seguir à concentração no Terreiro do Paço, o itinerário: Rua da Alfândega, voltando logo para Rua da Madalena, Rua dos Bacalhoeiros, Rua da Padaria...

Quem estas linhas escreve, anteviu num momento uma Rua da Padaria inclinada, de mau piso, estreita, muito estreita, de casario descuidado, quase sem passeios e pareceu-lhe um sacrilégio fazer desfilar ali deputações parlamentares, universitárias, eclesiásticas, económicas, e não se conteve que não propusesse convictamente:

— Porque não continuamos a Rua da Madalena até à igreja? Pastor de Macedo atalha prontamente:

— É que a Rua da Padaria é uma das mais antigas...

Realmente, Gomes de Brito admite a sua existência já no século XIII sob a denominação de Rua das Hastes ou dos Hasteiros,

nome que teria sido mudado para a designação actual entre os séculos XIV e XV, por ter presumivelmente existido uma «padaria» na esquina norte para a Rua de D. Mafalda.

Pois bem, só no dia do cortejo se verificou que Pastor de Macedo tinha razão em insistir para se desviar do trajecto que parecia mais lógico. A Rua da Padaria, toda engalanada da primeira à última janela, numa policromia de ornamentação e com prodígios de engenho popular, que fantasia alguma pudera antes conceber, desde a colgadura rica à chita ingénua, às flores, aos festões, emocionou e deslumbrou.

Nas sacadas, uma multidão entusiasmada, dando vida ao quadro, aplaudia freneticamente a passagem dos Amigos de Lisboa desfilando em séquito numeroso. A surpresa e a estupefacção subiam tão alto à medida que avançávamos, que num segundo de acalmia o nosso Brazião não se contém, quebra a severidade do cortejo e propõe em alta voz uma ovação aos moradores da Rua da Padaria, ovação apoteótica que contagiou toda a gente.

Estava tirada a prova. Pastor de Macedo soubera preparar um êxito, porque mais nenhuma rua de todo o trajecto se comparara àquela. A sua ancestralidade de sete séculos, que viu o cerco de Lisboa em trezentos, a partida do Gama para a Índia em quatrocentos, a restauração em seiscentos, que sentiu em setecentos o terremoto que lhe alinhou e corrigiu o perfil, que viveu em boa vizinhança com a Misericórdia, com a Basílica de Santa Maria Maior, com a Porta do Ferro, com o Paço dos Tabeliães, com a Ermida de S. Sebastião, deitada no regaço da Cerca Moura, — nessa Rua da Padaria fez Pastor de Macedo o milagre de ressuscitar um espírito lisboeta sete vezes centenário.

H. R.

AS MALFEITORIAS NA SÉ DE LISBOA

pelo Eng.º A. VIEIRA DA SILVA

É a Sé o edifício mais antigo de Lisboa, contando tantos séculos de existência como a Lisboa cristã, de D. Afonso Henriques. Se tem resistido todo este tempo deve-o ao material da sua estrutura, e à necessidade da sua existência, como cabeça da cristandade na Capital da Nação.

A Sé construída por D. Afonso Henriques, no estilo românico, não é exactamente a que nós vemos. D. Dinis adicionou-lhe o belo claustro da cerca ou pátio, no estilo ogival, e seu filho D. Afonso IV modificou-lhe a ábside e as duas capelas ou absidiolos que a ladeavam, construindo uma nova capela-mor, envolvida por uma charola com lindas capelas radiais, e abrindo passagens pelos antigos absidiolos para a galeria ou deambulatório da charola. Outras pequenas modificações se fizeram então no templo, que pouco lhe alteraram o tipo, mas que lhe conservaram a sua grande imponência.

Passado um período de tempo em que se efectuaram trabalhos mal definidos, começaram as malfeitorias no edifício, algumas porventura bem intencionadas, mas que, por falta de educação técnica dos artistas ou de senso de quem as mandava executar, resultaram sempre em prejuizo do edifício e do seu carácter architectónico.

Foi a primeira no século XVII e nos seguintes dois quartéis do XVIII, quando o desamor pelos estilos considerados bárbaros levou os architectos ou os mandantes da igreja a transformarem-na artificialmente num templo do estilo da Renascença, mascarando os elementos architectónicos antigos com estuques sobre pedra, ou com madeira fingindo pedra, com capitéis de ordem coríntia, mas feitos de madeira, tapando vãos, abrindo mesquinhas janelas, e fazendo muitas obras de mau gosto, para satisfazerem às necessidades de ocasião.

Assim *embelezada* se manteve a igreja durante cerca de dois séculos, até que no último quartel do XIX, o gosto pelo culto da antiguidade, que começava a revelar-se entre nós, fez pensar em restituir à igreja a sua forma e carácter primitivos, ou tão próximos dos primitivos quanto possível, criando-se comissões ou direcções de obras da Sé, de que um dos agentes mais activos foi o engenheiro Augusto Fuschini, primeira pessoa que a sério assumiu o papel de

restaurador da igreja, tendo feito nela muita obra útil, a par de outra que, por errado critério, teve por sua vez de ser reformada.

Desde quando fui nomeado vogal dos primeiros Conselhos dos Monumentos Nacionais que se criaram, em 1898, isto é, há cerca de meio século, tenho sempre acompanhado, mais de perto ou mais de longe, o andamento das obras que se têm feito no edifício, que, por ser o mais antigo de Lisboa, minha terra natal, e um belo espécime da sua época, foi sempre por mim amorosamente olhado, e estudado nos seus pormenores, no que fui amparado com os ensinamentos que os directores das obras me iam inculcando.

Tive ocasião de fazer a descrição da Sé no livro I do vol. V da 2.^a ed. (1936) da *'Lisboa Antiga, Bairros Orientais'*, pelo Visconde de Castilho, que eu então estava revendo e anotando para publicação, por amável convite da Câmara Municipal de Lisboa, e foi-me dado então reconhecer as mil contrariedades que a todo o passo se levantavam aos directores das obras, as críticas, ineptas por vezes, com que estes tiveram de lutar, as ordens atribiliárias a que tinham de obedecer, além das dificuldades provenientes das exiguidades das dotações, das peias burocráticas, e das inerentes à lida com fornecedores, empreiteiros e pessoal operário.

Depois do engenheiro Fuschini, assumiu a direcção das obras da igreja da Sé o meu amigo e mui ilustre architecto António Couto, que durante 35 anos a ela se dedicou de alma e coração, querendo-lhe como a uma filha estremecida, devendo-se-lhe os magníficos restauros que hoje temos o gosto de poder contemplar na igreja e suas dependências.

Falecido ele em 1946, tudo caiu no marasmo, e foi com o maior desprazer e confrangimento do coração que eu tive ensejo de observar, quando visitei a exposição antoniana que se realizou últimamente na igreja da Sé, o abandono da conservação a que se acha votado este edifício, classificado, e muito bem, monumento nacional, vendo-se por toda a parte sanefas arrendadas, tecidas por industriosas aranhas; um véu de pó protector revestindo todo o edifício; figuras caprichosas desenhadas nas abóbadas das naves e do deambulatório, pela água da chuva que penetra e corrói as pedras e juntas das aduelas das abóbadas; vidros partidos, naturalmente para facilitarem a renovação do ar; erva crescendo sobre a cobertura do edifício e na cerca, tão basta que parecia uma viçosa seara; e acima de tudo, a série de desacatos de lesa-arte, e de barbaridades de lesa-história que ali se têm praticado nos últimos tempos, a maioria contra a opinião e desejos do architecto director das obras.

Vou, não como particular, mas como simples membro duma comunidade a quem compete zelar pelo património do que é de todos, citando apenas factos, e desinteressando-me de quem os praticou, apontar alguns dos desacatos que mais bradam contra a razão e o bom senso, de quase todos os quais eu fui testemunha presencial, ou que me foram contados, na ocasião, pelo meu amigo António Couto, podendo ser todos atestados pelos encarregados e mais pessoal que com aquele architecto cooperou nos trabalhos de reparação.

Começarei pela fachada principal, onde se vê uma enorme caverna, em cuja parede do fundo mal se distingue uma bela rosácea de cantaria. Nas gravuras, nas fotografias e nos bilhetes postais em que está representada lembra a boca dum horrível túnel século XIX sobre um lindo portal duma igreja século XII.

O muro com a rosácea estava, na sua origem, um pouco recuado para trás da fachada, como mostram as antigas vistas de Lisboa (século XVI), como o pedem a divisão dos intercolúnios das naves da igreja, e outras considerações que expus na pág. 55 do volume V, já citado, da *'Lisboa Antiga'*. Acrescentarei somente que, sob o ponto de vista estético, a situação da rosácea é a pior possível, pois que da rua não se vê centrada com a fachada, nem mesmo completa, por ficar interceptada ou cortada pela platibanda que corre à face da fachada. E além disso, que justificação ou significação tem a câmara por cima do portal da entrada, quando nem sequer serve de tribuna para os músicos, nem para o côro nas cerimónias litúrgicas, como era a sua missão quando se achava da banda de dentro da igreja?

Este muro da rosácea, que conseguiu resistir, pelo que respeita ao seu primitivo lugar, aos vandalismos do século XVII, não logrou escapar aos restauradores do XX! Aqueles primeiros reformadores destruíram apenas a rosácea e substituíram-na por outra mais pequena, a fim de obterem espaço para a abertura das duas horríveis janelas de sacada, que se vêem em todas as estampas e fotografias da Sé, do século passado.

A actual situação deste muro foi fixada, segundo me consta, simplesmente porque se julgou indispensável apoiar o muro numa base sólida, de raiz, e não sobre um arco, qual era o do portal. Infeliz argumento! Como se dentro do mesmo edifício da igreja não houvesse já exemplos de grossos muros, como são os do trifório ao longo das naves, assentes sobre abóbadas, e não sobre colunas ou muros inferiores!

Possuía o templo, na sua origem, uma porta travessa para o exterior, na fachada sul, simétrica com a da capela de Bartolomeu Joanes,

situada no muro norte. Essa porta, no estilo românico de transição, acha-se representada em documentos iconográficos antigos da Sé. Encontraram-se vestígios dela quando no respectivo local do muro se procedeu a pesquisas; elaborou-se um projecto de reconstrução baseado naqueles vestígios e noutros elementos do estilo românico do templo, e iniciaram-se mesmo os trabalhos de restauro.

— Não gosto. Tape-se.

E em presença desta intimação a escavação e os trabalhos iniciados foram entaipados.

A entrada para a sacristia era também uma porta românica com colunelos ou molduras delicadas, que eu vi, e estavam sendo estudadas para se restituir a porta à sua forma e estilo primitivos. Foi tudo posto de lado, e construiu-se a bem característica e mesquinha porta de casa burguesa, que lá vemos.

No mesmo local, e por motivo dessa construção, ficou também prejudicada a grande janela situada por cima da porta, a qual, sendo primitivamente igual às restantes do corpo da igreja, ficou diferente.

Adiante segue-se, no braço direito do transepto, um recinto agora limitado por um ridículo murete, que dá àquela parte do templo o aspecto duma piscina, ou dum alegrete para flores.

Que ideia terão ficado fazendo os estrangeiros, que por essa ocasião vieram visitar Lisboa, do sentimento estético dos portugueses?

Neste murete foi assente, mas cortada e mutilada, uma preciosa grade românica, peça de cerralharia artística do século XII, única em Lisboa, e creio que no país, e que como tal devia ser conservada e respeitada.

Felizmente, por efeito de uma onda de bom senso, foi mandada retirar dali essa grade, e ordenada a sua restauração, achando-se actualmente remediada tal... malfeitoria.

Neste sítio existe uma interessante e histórica inscrição em caracteres góticos, do 2.º quartel do século XIV, que o palanque lá instalado encobriu quase por completo. Como era uma velharia, não se julgou digna de ficar visível.

No mesmo recinto do transepto foi aberta uma passagem, espécie de túnel, através do muro que o separa da primeira capela da charola, dedicada a S. Vicente. Escusado será dizer que tal passagem não existia na primitiva igreja, e que na sua abertura se gastou uma importância que poderia ter aplicação útil em qualquer outra parte do templo.

No topo do braço fronteiro do transepto foi descoberto um duplo arco-sólio, com a forma e estilo dos que existem nalgumas antigas

capelas do claustro, como, por exemplo, na chamada do Capítulo. Em cada um dos vãos encontrou-se um túmulo, com estátua jacente na tampa, mas encorporado tudo como alvenaria de enchimento do muro, e da base dos altares que sobre eles se haviam mais tarde construído.

Um desses túmulos era do 2.º bispo de Lisboa, D. Álvaro († 1185), e o segundo era do 4.º bispo, D. Soeiro Viegas († 1232).

Esses sarcófagos foram tirados do seu lugar, onde não faziam mal, até embelezavam a parede, e os seus arco-sólios foram entaipados à face do muro.

Nos segundos tramos laterais dos muros da capela-mor existiam elegantes portais góticos, que davam passagem directamente da capela para o deambulatório. Ainda me recordo dos colonelos e das suas bases, onde se viam curiosas siglas, e não sei se também uma inscrição gótica. Estava tudo em começos de restauro, e o são critério aconselhava que se aproveitasse o feliz achado para se restituir aquele pormenor do templo à sua forma e feição primitivas. Afinal, por motivos certamente mui ponderosos, mas que ignoro, o portal do lado esquerdo foi entaipado, e o do direito foi substituído por uma banalíssima porta.

As grandes frestas da capela-mor para a charola achavam-se em via de restauração no seu lindo aspecto primitivo, mas o trabalho ficou suspenso *sine die*, perdendo-se, por agora, a esperança de ver completamente restaurada a bela galeria do deambulatório.

As capelas da ala norte do claustro, de estilo românico de transição, haviam sido mascaradas no século XVII, com um revestimento clássico, mas nas pesquisas para a sua restauração foram encontrados elementos arquitectónicos, com os quais se poderiam facilmente restituir ao seu primitivo estilo. Não foi aprovada a proposta, e as coisas ficaram como estavam.

Ficou assim esta parte do claustro com a abóbada e um dos lados, século XIII; o outro lado, século XVII.

Na mesma ala do claustro existiam no muro duas mísulas de cantaria, das quais nasciam as nervuras das abóbadas do claustro, no sítio onde este havia sido amputado para a construção das capelas da charola. Que mal fariam aquelas mísulas encastradas no muro? Pois foram mandadas escacilhar à fase da parede, desaparecendo assim o último vestígio do primitivo prolongamento desta ala do claustro até ao braço norte do transepto.

As capelas da ala oriental do claustro tinham todas uma janela no muro do fundo, deitando para o Beco do Quebra-Costas. Quase

todas foram cuidadosamente restauradas, mas quando a 2.^a capela a contar do norte, de invocação de S. Miguel e Almas, estava em via de restauro, aconteceu que — como me foi contado pelo próprio architecto António Couto — numa visita de inspecção, entrou casualmente um gato pela janela.

— Tape-se essa janela, para não entrarem cá mais gatos...

E a janela, triste é confessá-lo, desapareceu.

Pela mesma ordem, e obedecendo à mesma consideração felina, foi mandada vedar com um pano de cantaria a janela da capela do canto do cláustro, de invocação de St.^o Aleixo, contígua pelo sul à antecedente, janela que era a primitiva da capela.

No interior da igreja voltou a levantar-se o antigo guarda-vento de estilo barôco, que, com quanto muito cómodo, destoa por completo do estilo da época da construção.

Outras malfeitorias de menor importância, — tais como o escailhamento de ornatos e de molduras de cantaria na igreja, o corte dos modilhões da platibanda da fachada, por cima da porta principal, que terminavam em cabeças de animais, como existiam na primitiva e de que se guardam restos comprovativos — ainda se praticaram neste monumento nacional e histórico; mas os mencionados são suficientes para mostrar a desdita que através dos tempos tem acompanhado este formoso templo, digno de todo o nosso respeito e carinho, quando o seu restauro tem sido executado de maneira atribiliária, e sem uma orientação criteriosa.

Em muitas partes ficou o templo inacabado, ou porque as dotações orçamentais ou o tempo não chegaram para se completarem os trabalhos, ou porque a demora na apreciação ou aprovação dos projectos dos restauros fizeram adiar, sem solução, a sua efectivação.

De entre as obras a realizar é lamentável ter de incluir-se a reconstrução da capela-mor, para a qual já havia um projecto do architecto Couto, muito bem estudado e até aprovado; o acabamento das altas frestas da mesma capela para o deambulatório; a reconstrução das capelas da ala sul do cláustro, as quais, depois de concluídas, dariam àquele aprazível recinto um aspecto e encanto extraordinários, só comparáveis, em Lisboa, com os do cláustro do convento dos Jerónimos.

Se a geração actual pretender legar, para admiração dos vindouros, e como recordação de gloriosos feitos de nossos antepassados, o edificio arqueológico mais antigo que ainda perdura na Capital do Império Português, e que encarna o mais alto grau da cristã e ardente espiritualidade da Idade Média, que levou os portugueses de antanho à

aventura do mar, e os habilitou a glorificarem o nome de Portugal, deverá não só conservá-lo com o máximo carinho e respeito, mas procurar restituí-lo à expressão e estilos que apresentava naqueles remotos tempos, reconstruindo os elementos derrubados, ou demolidos insensatamente, remediando as malfeitorias aqui apontadas e outras que o andamento dos trabalhos vá sucessivamente revelando, e repondo, quanto possível, o templo, o claustro, a cerca e outras dependências, no estado primitivo, ou no que for considerado mais consentâneo com os estilos architectónicos que nele predominavam, conservando, evidentemente, os trabalhos que se julgue conveniente serem mantidos, tais como a sacristia.

Seria de desejar que uma comissão constituída por individualidades com habilitações e probidade profissional, architectos especializados nos estilos gótico e ogival, pessoas conhecedoras da história antiga de Portugal, de epigrafia, de heráldica, da litúrgia e sobretudo amantes de Lisboa, respeitadoras do passado e da tradição, e dotadas de são critério — fosse encarregada de elaborar os necessários projectos de reconstrução e de restauro, com poderes e dotação para os executar, depois de devidamente aprovados por quem de direito.

Ao mesmo tempo, e prevendo o futuro, julgo que seria de grande vantagem que, para as pessoas destinadas à classe eclesiástica, se criasse uma aula ou cadeira de architectura e de arte religiosa, pensamento que, segundo me consta, já está no ânimo de S. Em.^a o Cardeal Patriarca, para que esses educandos adquirissem o gosto pela parte material dos templos, e contribuissem mais tarde, na medida das suas possibilidades, para a criteriosa conservação, não só dos edifícios, como dos monumentos e peças de valor artístico ou histórico neles existentes ou a seu cargo, conservando sempre na mente que elas não são nem deste nem daquele, mas sim do património de todos nós, portugueses, e que não devem portanto estar sujeitas aos caprichos e fantasias de quem quer que seja, nem às necessidades de ocasião.

Submetendo as presentes considerações à apreciação dos AMIGOS DE LISBOA, termino fazendo votos para que, se as acharem justas, juntem a sua voz à minha, afim de recordarem aos poderes públicos, e às mais entidades a quem compete a conservação e guarda da Sé, que o estado em que este belo monumento arqueológico nacional se oferecer aos olhos dos visitantes estrangeiros servir-lhes-á de pedra de toque reveladora de como os portugueses encaram e respeitam as relíquias do seu passado.

Junho de 1947



*Na «Tarde dos Cronistas de Lisboa»
(No Miradoiro de Santa Luzia)*

Cinco Amigos de Lisboa, Srs. Norberto de Araújo, Luís Pastor de Macedo, Matos Sequeira, Augusto Vieira da Silva e Luís Teixeira. O actual Presidente Substituto da Câmara Municipal de Lisboa, e o Mestre Olisipógrafo da «Cerca Moura de Lisboa», intervalam, no grupo, os três conferentes da «Tarde».

A DENSIDADE DEMOGRÁFICA DE LISBOA E CONCELHOS ADJACENTES

O nosso consócio Sr. Eng.º Araújo Correia proferiu na Assembleia Nacional, em sessão de 17 de Janeiro findo, um discurso, que se considera de grande interesse archivar no Olisipo. Trata-se de valioso subsídio para o estudo de um problema que tem já merecido a atenção de vários escritores: o excesso de urbanismo.

A clareza e o desenvolvimento dos seus raciocínios tornam desnecessárias explicações accessorias, excepto a de esclarecer que se respiga do discurso apenas a parte que diz respeito a Lisboa e, por analogia, ao Porto, e que passamos a transcrever:

«— Um dos males, bem vincado e assinalado nos últimos tempos, é a tremenda atracção para a cidade, para a grande cidade. E Lisboa oferece, a quem queira ver com olhos de julgar, um espectáculo *que bem pode transformar-se em tragédia dentro de uma dezena de anos*. Estamos a assistir a um tremendo êxodo de gente da província para as duas capitais de Lisboa e Porto. E as consequências pungentes, tanto no ponto de vista social, como económico e moral, começam já a repercutir-se na cidade e no campo. Sentem-se nas condições higiénicas: a tuberculose a ser levada de Lisboa para a província; vêem-se na vida local: a falta de mão-de-obra em algumas zonas; sobressaem da habitação em Lisboa: a horrível promiscuidade em casas apertadas, acanhadas, sem ar nem luz. Ainda há pouco, numa pequenâ freguesia da Beira Baixa, se realizaram, em alguns meses, dez casamentos: todos os recém-casados vieram para Lisboa e nenhum deles para casa própria.

Sr. Presidente: uma série de problemas gravíssimos está ligada à vida dos campos — não são apenas problemas locais, regionais, são problemas de ordem geral, de interesse nacional. E este da habitação de Lisboa — que não poderá ser resolvido, por mais voltas que lhe dêem, sem travão forte contra a fuga dos campos — não é dos menos importantes.

E como não há-de a população das zonas mais pobres ser atraída pelas seducções que vêm da capital? Como há-de ella resistir, se aqui lhe oferecem trabalho mais fácil, se aqui se criam ou mutiplicam, até inutilmente, empresas, organismos, ou instituições que dão emprego? Porque se há-de concentrar as

indústrias, as oficinas, e uma grande parte da vida do Estado, nos seus múltiplos aspectos, na capital do País?

Porque não desviar para o largo campo de trabalho que pode ser a província muitas das actividades que são excrescências na própria capital?

Porque não hão-de dotar-se com melhoramentos indispensáveis pequenas cidades, vilas e aldeias onde ainda falta muita coisa: a água, o esgoto, o caminho e transporte fácil e o resto que constitui um mínimo de bem-estar material?

Vozes: — Muito bem!

O orador:

— Esta questão do urbanismo pode ter grandes reflexos na vida do futuro. Num estudo recente que eu próprio fiz com auxílio dos municípios dos arredores das duas grandes cidades de Lisboa e Porto — e não fui muito feliz no auxílio que deles esperava — cheguei à conclusão de que na sua zona de influência deve hoje habitar perto de um quarto da população total do continente português, computada para 1945 em cerca de 7.600.000 habitantes. E chamo zona de influência aos concelhos que, de qualquer modo, já compartilham da vida da grande cidade — os de Cascais e Oeiras, parte de Loures e de Sintra, Almada e Barreiro, em Lisboa; os de Vila Nova de Gaia, Matosinhos e outros, perto do Porto. A continuar a dar-se o desenvolvimento destes dois grandes aglomerados demográficos, que os anglo-saxónicos chamam *conurbation*, dar-se-á dentro de uma década o fenómeno conhecido e pernicioso que diversos países europeus e americanos tentam hoje dominar — a confusão de grandes massas demográficas em espaços restritos, com os gravíssimos inconvenientes de tráfego excessivo, de habitações sórdidas e acanhadas, de mortalidade difícil de restringir, de natalidade baixa, de saldo fisiológico deficitário — uma série de males para os quais, em uma das cidades europeias, só se encontra remédio na evacuação, que provavelmente terá de ser forçada, de, pelo menos, um milhão de habitantes.

Se fosse feito hoje inquérito habitacional como o empreendido há anos nalguns bairros de Lisboa, seriam ainda bem mais trágicas as conclusões — e quem conhece um pouco a vida de grandes aglomerados europeus, em países pequenos como a Áustria, onde Viena, como polvo insaciável, suga os recursos de uma pequena nação que já foi grande, sabem bem os inconvenientes das grandes cidades fora de proporção com os recursos financeiros ou outros do país em que se acham situadas.

Vozes: — Muito bem!

O Orador:

— Sr. Presidente: tudo indica, pois, o revigoramento das velhas sociedades provincianas e sobretudo rurais e a descentralização adequada da indústria e de outras actividades. Tudo indica que se tomem medidas no sentido de dificultar a vinda para Lisboa não apenas das classes trabalhadoras, mas de muitas que têm seu lugar marcado na província. Ainda há pouco uma estatística relativa a 1945 me dizia que de 5.187 médicos existentes no País, incluindo as

ilhas, exercem a sua actividade na cidade de Lisboa 1.618, ou perto de um terço. E, se se considerarem os distritos de Lisboa, Porto e Coimbra, há neles 3.146 médicos, ou mais de 60 por cento do total — para o resto do País ficam menos de 40 por cento.

Se forem feitas estatísticas idênticas para o caso dos agrónomos, que têm sua vida marcada nos campos, ou dos engenheiros que terão de exercer a sua principal actividade nas zonas industriais — que é necessário afastar tanto quanto possível da vida das grandes cidades —, ter-se-á nítida ideia do actual estado de coisas: a atracção deletéria, contra o interesse nacional, dos grandes centros urbanos, que se reflecte nos trabalhadores manuais e intellectuais. Enquanto não forem criadas melhores condições de vida a uns e outros não será facilitada a sua fixação nos campos.»

Veves: — Muito bem!

O MUSEU DA CIDADE DE LISBOA

Palestra proferida na visita que o Grupo «Amigos de Lisboa»
fez ao Museu da Cidade, em 15 de Dezembro de 1946.

pelo Dr. JAIME LOPES DIAS

Certamente porque quem dirige o Grupo «Amigos de Lisboa» me fez a justiça de crer que, na modéstia das minhas possibilidades, sinto e quero, como os que querem, o progresso de Lisboa, e que, não sendo alfacinha, desejo, como os que nesta Capital nasceram, que ela se actualize no que anda desactualizada, recupere, até onde for possível, o que deixou perder, e reponha em seu lugar o que anda desordenado, encontro-me investido nesta grata e honrosa missão de acompanhar Vs. Ex.^{as} na visita ao Museu da Cidade.

Consola-me saber que muitos de Vs. Ex.^{as}, que com ufania podem afirmar ter nascido em Alfama, na Costa do Castelo, em Santo Estêvão, em suma nos mais velhos arruamentos da velha Lisboa, ou noutros mais modernos, não fazem exclusivismo do seu amor ou da sua dedicação pela sua terra, e admitem a possibilidade de outros, que não são lisboetas de nascimento, poderem ser igualmente amigos ou apaixonados desta sedutora, linda e jamais assaz cantada Lisboa.

Beirão da Beira Baixa, das faldas da Serra da Estrela, onde a neve quase se eterniza, e o Povo, bom e sofredor, ainda se alumia com lumieiras de palha e candeias e lanternas de azeite, e transita pelas ruas das povoações pisando tapetes de mato apodrecido pelas águas das chuvas e pelas escorrências dos currais, sei que, ainda hoje, ali como em outras terras da província, não obstante a obra realizada pelos melhoramentos rurais e pelo desemprego, há quem afirme que o Terriro do Paço é servedouro do suor dos que trabalham, em razão das contribuições e alcavalas que pede, e dos raros benefícios que tem dado.

Bem de ver é que as queixas que refiro nem de longe nem de perto respeitam à formosíssima Praça Pombalina que faz inveja às melhores das maiores Capitais do Mundo; nem à cidade de Lisboa que todos os portugueses que mourejam do Minho ao Algarve desejam, como aspiração das maiores, ver e conhecer.

De boa política será, quando as condições o permitirem, o Grupo «Amigos de Lisboa», dentro dos seus patrióticos propósitos e guiados pelo legítimo orgulho que têm pela sua terra, sempre vigilante pelo seu prestígio e valorização, estudar a forma de trazer à Capital o maior número de crianças, os homens de amanhã, escolhidos ano a ano, em cada uma das nossas Províncias, para conhecerem esta cidade, que sendo dos lisboetas é também deles, porque é capital de todos os portugueses.

Pode, eu sei, dizer-se que tal iniciativa poderá ter o inconveniente de acordar ou alimentar a pecha da atracção para a cidade e agravar portanto o problema do urbanismo.

Não exgeremos!

Pode efectivamente, de momento, o deslumbramento da Capital despertar o apetite de cá ficar aos que a visitam, mas, afirmo pelo conhecimento e observação directa que tenho das gentes da Província, tão apegadas estão ao torrão em que se criaram, que, no regresso, depois de terem visto, admirado, aprendido a grande lição de Lisboa continuarão a afirmar que melhor do que tudo para eles são as suas casinhas, embora pobres, as hortas que seus pais prepararam, os olivais que com os antepassados plantaram, porque: «Passarinho da Serra da Estrela, onde se cria aí se deseja».

Mas vamos ao Museu, que foi para o conhecerem que Vs. Ex.^{as} aqui vierm.

Senhoras e
Senhores
Meus Ilustres Confrades!

Para que às minhas palavras, despidas de qualquer valor, não faltasse, ao menos, a clareza, e tivessem princípio, meio e fim, dividi-as ou ordenei-as em três capitulos:

O *Primeiro* que se refere à *História do Museu da Cidade*;
O *Segundo* que versará a *História e Descrição deste Palácio da Mitra*;
E o *Terceiro* a *Descrição do Museu no seu estado actual*.

1) HISTÓRIA DO MUSEU DA CIDADE.

a) *Museu Municipal Histórico. Museu Municipal.*

A primeira referência à criação do *Museu da Cidade, Museu Municipal Histórico e Museu Municipal* (nomes que já lhe foram atribuídos) encontra-se na acta da sessão da Câmara Municipal, de 15 de Julho de 1909. O vereador Sr. Tomás Cabreira propôs que se criasse um *Museu Municipal Histórico* que deveria ficar provisoriamente instalado no edificio dos Paços do Concelho e ser dirigido por uma comissão composta por um vereador, um delegado da Academia de Belas Artes, outro da Associação dos Arqueólogos Portugueses, pelo director do próprio Museu e por um empregado do Arquivo Municipal.

A proposta foi aprovada com um aditamento do vereador Sr. Ventura Terra, no sentido de, no futuro Palácio das Exposições, a construir no Parque Eduardo VII, serem reservadas as salas necessárias para o Museu. Servia de justificação a necessidade de tornar conhecida a história de Lisboa, e os Museus constituirem escolas para o ensino das classes populares.

Na sessão de 25 de Maio de 1910, o mesmo vereador Sr. Tomás Cabreira participou à Câmara ter-se instalado, em 22 do dito mês, a Comissão directiva do Museu, que logo assentou na criação de uma Secção com a história da habitação de Lisboa compreendendo reproduções de casas — Luso-árabes, Luso-romanas, etc., e resolveu fazer um apêlo a todas as pessoas que possuíssem documentos ou objectos relativos à história da cidade, para que os cedessem ao Museu, ou nele os depositassem.

No orçamento de 1911 aparece pela primeira vez inscrita a verba de um conto de réis *para a compra de objectos e outras despesas*, verba que figurou sempre nos orçamentos seguintes até 1920. Nas sessões de 6 de Julho de 1911 e 16 de Maio de 1912, o vereador Sr. Nunes Loureiro submeteu à aprovação da Câmara uma proposta para que fossem suprimidas as cerimónias cultuais na Casa e Igreja de Santo António e criado e instalado na mesma Casa e Igreja um *Museu Municipal* cuja organização competiria a uma comissão composta por três vereadores. Procederia à escolha dos objectos que nele deviam

figurar, outra comissão composta pelo Dr. Agostinho Fortes, Joaquim Kopke e Gomes de Brito.

Os rendimentos das extintas Casa e Igreja deveriam constituir receita privativa do Museu ou de qualquer outro fim social, e neste sentido deveria a Câmara officiar ao Ministro da Justiça.

Sobre o resultado dos trabalhos da comissão, disse o sr. Dr. Azevedo Neves, ao usar da palavra na sessão de 13 de Julho de 1924, que fôra escrito um parecer pelo vogal Dr. Agostinho Fortes e nele se concluiu que a Igreja não podia ser adaptada a Museu senão de si mesma, e que se deveria conservar tal qual se encontrava, sem qualquer alteração.

b) *Museu Antoniano. — Museu de Arte Sacra.*

Em 1918, segundo relatório apenso ao processo da escritura de 12 de Junho do mesmo ano, o Sr. Dr. Lino Neto propôs que fosse concedida à Irmandade do SS. da Sé Patriarcal a Igreja de Santo António e Anexo para a criação de um *Museu Antoniano*.

Na sessão de 5 de Agosto de 1920, a Comissão Executiva da Câmara Municipal resolveu, por proposta do seu Presidente, Dr. Alberto Ferreira Vidal, que a deliberação de 6 de Julho de 1911, que criava um Museu Municipal na Casa de Santo António, fosse modificada no sentido de ali ser criado um *Museu de Arte Sacra*, devendo no átrio e dependências do primeiro pavimento reunir-se as inscrições lapidares, esculturas, brasões, emblemas, etc., medalhas numismáticas, selos e tudo o que pudesse documentar a vida da cidade, não só nos tempos idos mas ainda nas diversas formas de sua actividade moderna, para se ir formando um núcleo do futuro *Museu Municipal*.

c) *Museu Municipal. — Museu da Cidade.*

Ouvido o Chefe do Arquivo Geral alvitrou que deveria confiar-se à Associação dos Arqueólogos a organização do Museu, com a condição de não ficarem diminuídos a propriedade e a fiscalização da Câmara até porque já existiam no Museu do Carmo, por ali terem ficado da Exposição Olisiponense, centenas de objectos.

A Comissão Executiva da Câmara resolveu, por unanimidade, aprovar o alvitro e a Associação dos Arqueólogos aceitou a incumbência, fixando, pelo seu officio de 14 de Julho de 1921, as condições da sua colaboração.

Em 17 de Abril de 1922, a mesma douta Associação, depois de estudar demoradamente o assunto, officiou à Câmara dizendo que outras cidades de menor importância iam adiantadas à Capital, neste capítulo, pelo que importava reunir o que fosse aparecendo em escavações ou demolições, e que, enquanto o *Museu Olisiponense* não tivesse instalações próprias, destinaria uma das salas e uma das naves da sua sede para instalação provisória do museu.

Mandada informar aos serviços municipais esta proposta, o Chefe do Arquivo respondeu, em 27 de Abril de 1922, que o Museu da Cidade estava criado por deliberação da Câmara Municipal e que no seu Arquivo, que também desempenhava funções de Museu, existiam já peças de valor inestimável que bem podiam dar entrada na Associação dos Arqueólogos para, a seu tempo, tudo ser transferido para a sede que lhe viesse a ser destinada pela Câmara Municipal. O referido funcionário concordou igualmente em que se adoptassem as providências sugeridas pela Associação dos Arqueólogos no sentido de se acautelarem todas as peças architectónicas, inscrições lapidares, brasões, etc., que por motivo de obras fossem aparecendo no subsolo ou retiradas dos edificios, e pro-

pôs que a inauguração do Museu se fizesse em 10 de Junho e este acto solene constituísse um dos números do programa do Congresso Municipalista.

A Comissão Executiva concordou, e da sua concordância deu conhecimento à Associação dos Arqueólogos em 6 de Maio de 1922.

Em 10 de Junho realizou-se, efectivamente, a inauguração do *Museu da Cidade* nas ruínas do Carmo, (sede da Associação dos Arqueólogos) conforme consta do respectivo auto.

Assistiu o Presidente da República, Dr. António José de Almeida, e usou da palavra o distinto olisipógrafo Sr. Gustavo de Matos Sequeira.

A descrição do acto inaugural poderão Vs. Ex.^{as} lê-la no livro do «*Congresso Nacional Municipalista de 1922*», a págs. 297.

d) *Museu Municipal de Faianças e Azulejos*

Em 5 de Julho de 1931 foram abertos ao público no Palácio Galveias, a Biblioteca e o Museu Municipais. (Págs. 24 e 25 dos n.^{os} 1 e 2 dos Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais).

Em 1935 (25 de Abril) apresentou o vereador do pelouro cultural, Sr. Coronel Pereira Coelho, uma proposta que mereceu a aprovação unânime da Comissão Administrativa Municipal, no sentido de ser entregue à Inspecção das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico da Câmara, o Palácio da Mitra para nele serem dispostas as espécies que se encontram no Palácio de Galveias, devendo organizar-se neste último palácio um *Museu Municipal de Faianças e Azulejos de Lisboa*. Igualmente alvitrava que se fizesse um apêlo para que os coleccionadores expusessem a título de depósito as suas espécies.

A proposta fundamentava-se na necessidade de defender o Palácio da Mitra das vicissitudes do tempo e da fortuna, e na insuficiência e inadaptação de Galveias a Museu, dada a excessiva humidade do terreno em que assenta.

Ouvida a Junta Nacional de Educação, foi de parecer que o Palácio Galveias só poderia servir para Museu a título provisório, e que convinha mais utilizá-lo exclusivamente para Biblioteca e Arquivo.

Quanto ao Palácio da Mitra, emitiu igualmente a opinião de que a sua utilização para Museu também era muito relativa, sobretudo para exposição de pintura.

Em face deste parecer, resolveu em princípio, a Comissão Administrativa da Câmara, projectar a construção de um edificio próprio com todos os requisitos técnicos para a instalação do *Museu da Cidade*.

e) *Museu da Cidade*

Entretanto, foi publicado o Código Administrativo de 31 de Dezembro de 1936, que instituiu novo sistema de Administração para a Câmara Municipal de Lisboa, tendo-me sido cometida a honrosa função de dirigir os serviços centrais e culturais.

Tendência natural do meu espírito, não obstante o trabalho e preocupações resultantes das transformações impostas pela nova organização dos serviços, procurei, desde a primeira hora, com o apoio incondicional dos Presidentes da Câmara, pôr-me ao corrente do problema do Museu.

Dada a impossibilidade de construção imediata de edificio próprio e vista a opinião da Junta Nacional de Educação, já referida, resolvemos procurar na cidade edificio capaz para a sua instalação provisória, por forma que pudesse estar aberto ao público no período das Comemorações Centenárias.

Depois de aturadas pesquisas e visitas, a que procedi acompanhado pelos Ex.^{mos} Srs. Eng.^o A. Vieira da Silva, Drs. João Couto e Silva Pinto, concluí,

de acordo com aqueles meus ilustres amigos, que pelo menos três dos palácios visitados: o do Conde de Pinhel, (ao Conde Barão), da Junqueira e do Largo do Mitelo podiam adaptar-se ao fim em vista.

Estudado e ponderado o assunto, estando em marcha o plano geral de urbanização da cidade, veio a sustar-se toda a actividade no sentido de arrendamento, voltando os nossos olhos para o Palácio da Mitra, sem dúvida tão bom como os escolhidos, embora mais distanciado do centro da cidade.

Ouvida a Junta Nacional de Educação, não viu inconveniente na utilização e escolha deste edificio para arrecadação provisória das espécies museográficas, pelo que logo se iniciaram as obras de limpeza e transformação.

Entretanto procedia-se à identificação, catalogação e classificação de todas as espécies que a Câmara possuía, adquiria-se na Exposição do Mundo Português o que nela para nós havia de aproveitável e, mercê da dedicação e actividade do pessoal da 4.ª Repartição (Culturais) e da Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras na parte respeitante a limpezas, restauro e pequenas transformações do Palácio, pôde chegar-se a uma solução que, se não é boa, satisfaz até que possa ser construído edificio próprio.

Resumindo e seguindo a ordem cronológica dos factos, a história do Museu da Cidade, é esta:

— Em 1909, foi proposta a criação de um *Museu Municipal Histórico* que deveria instalar-se provisoriamente no edificio dos Paços do Concelho e mais tarde em salas próprias do Palácio das Exposições, em projecto.

— Em 1911, foi deliberado instalar um *Museu Municipal* na Casa e Igreja de Santo António.

— Em 1918, foi proposta a criação de um *Museu Antoniano* na mesma Casa e anexos.

— Em 1920, foi deliberado criar, na Igreja de Santo António, um *Museu de Arte Sacra*, e no átrio e dependências da mesma igreja um núcleo do futuro *Museu Municipal* composto por inscrições, medalhas, etc.

— Em 1921, foi resolvido confiar à Associação dos Arqueólogos a organização do *Museu Municipal* nas ruínas do Carmo, constituído por espécies da Exposição Olisiponense e as que a Câmara reunira no seu Arquivo. Este Museu foi efectivamente inaugurado em Junho de 1922 com o nome de *Museu da Cidade*.

— Em 1931, foi inaugurado, em Galveias, o *Museu Municipal*.

— Em 1935 foi deliberado instalar um *Museu Municipal* no Palácio da Mitra, e um *Museu de faianças e azulejos de Lisboa*, em Galveias, até se poder proceder à construção de edificio próprio; e, finalmente, em 25 de Abril de 1942, procedeu-se à abertura ao público da Exposição das principais espécies em poder da Câmara, espécies que, a seu tempo, deverão transitar para o edificio próprio do *Museu da Cidade de Lisboa*.

Deste balanço geral, uma conclusão, pronta e rápida, ocorre; a falta de um plano e de continuidade.

Distanciados 37 anos da data da primeira deliberação referente à criação do *Museu Municipal Histórico*, estamos hoje, quase como então, no começo da obra, porque, o que se encontra reunido neste Museu é uma amostra (embora valiosa amostra) do que deverá caber nos muitos capítulos do Museu da Cidade.

2) HISTÓRIA DO PALÁCIO DA MITRA

Falemos deste lindo Palácio da Mitra, onde nos encontramos.

Modesta casa de campo, vivenda ou retiro suburbano até meados do século XVII, começou a adquirir os seus actuais títulos de nobreza com as obras que D. Luís de Sousa, último arcebispo de Lisboa, nela realizou.

O Patriarca D. Tomás de Almeida, homem de gosto e de dinheiro, transformou-o e ampliou-o, conseguindo realizar esta obra que ainda hoje podemos apreciar, harmoniosa e elegante, sem ser sumptuosa.

Teatro de muitas festas e recepções, nele se hospedou o embaixador de França, marquês de Baschi, no tempo do rei D. José, e nele viveu, e morreu, em 1845, Frei Francisco de S. Luís, o bem conhecido cardeal Saraiva. Nele, que nada sofreu com o terramoto de 1755, se recolheram nessa altura, por deferência do patriarca, as freiras de St.^a Mónica.

Arrolado em 1834 para o Património do Estado, veio a ser adquirido, em 1864, por D. José Saldanha, que por sua vez o vendeu a Horácio Justus Perry, encarregado de negócios dos Estados Unidos em Madrid, casado com a poetisa castelhana Carolina Coronado, que aqui escreveu o seu poema *Jarilla*.

D. Carlina Coronado vendeu o palácio em 1902, ao Dr. António Centeno, que por sua vez o alienou a Francisco de Moura e Sá e sócio Manuel Fortes Perez.

Desfeita esta Sociedade, Fuertes Perez ligou-se em 1913 a Ernesto Henrique de Seixas e aqui fundou uma fábrica que girou sob o nome da firma Fuertes & Ct.^a, para exploração do ramo de metalurgia, fundição, caixotaria, tanoaria, etc.

A fábrica foi encerrada em 1925 e o Palácio e anexos adquiridos pela Câmara em Abril de 1930 com o propósito de nele instalar o Matadouro Municipal.

Modificado tal projecto, os barracões e a maior parte dos terrenos que foram, em 1933, temporariamente, cedidos ao Estado para instalação do Asilo da Polícia, e em 1934 instalou a Câmara Municipal, no Palácio, uma biblioteca.

Do que foi o edificio em matéria de arquitectura e decorações, fala com certa largueza, Mestre Júlio de Castilho em '*Lisboa Antiga — Bairro Alto*'; mas para que Vs. Ex.^{as} façam uma ideia, quanto possível exacta do seu passado, direi sobre ele algumas palavras.

A fachada exterior, de linhas correctas, elegante mesmo, com suas varandas setecentistas a debruçarem-se sobre o Tejo, graciosas balaustradas com seus fogaréos, suas janelas gradeadas, seu portão bem trabalhado e harmoriado com o braço cardinalício, onde se lêem as letras T. C. P. e P. D. L., que Norberto de Araújo traduzira: Tomás Cardeal Patriarca, Prelado da Diocese de Lisboa, ainda é hoje, no seu estado actual, indiscutivelmente um dos mais harmónicos palácios lisboetas de cunho bem português.

Noutros tempos (obra de D. Tomás de Almeida) houve, fronteiro ao edificio, um cais acostável, limitado por duas pirâmides onde estavam esculpidas as armas dos Avintes e do Lavradores.

Dele partiam e a ele aportavam as galeotas que iam ou vinham de Lisboa.

Ao portão, ainda hoje bem conservado, seguia-se e segue-se o pátio por onde Vs. Ex.^{as} passaram, e onde fora do movimento da rua os moradores do Palácio e as suas visitas podiam subir ou apejar-se discretamente dos seus caiches, liteiras ou cadeirinhas.

O acesso ao interior do edificio fazia-se, e ainda hoje se faz, pela linda escadaria que Castilho classifica de monumental, hoje um tanto diminuída pela demolição da capela particular do Palácio, que obrigou ao encerramento da porta do primeiro patamar.

Curiosos são também os motivos dos painéis de azulejos: cenas de caça, desenhos opulentos de flores, de aves e de frutos e os próprios azulejos de figura avulsa. Na escada (informação do Sr. Dr. Luciano Ribeiro), figuram cenas da reconstrução e ampliação do próprio edificio, e no último patamar, figuras representando os quatro elementos. Se a tudo isto acrescentarmos os tetos formosíssimos, de linhas e ornatos sóbrios e elegantes, e o pequeno jardim

onde se destaca grande painel de azulejo com as armas de D. Tomás de Almeida, teremos dito o principal e suficiente para se fazer ideia do que foi o Palácio da Mitra, actual instalação do Museu da Cidade.

3) O MUSEU DA CIDADE NO SEU ESTADO ACTUAL

Um Museu não se improvisa, leva muitos anos a formar e não pode ser obra de uma só geração.

A organização do de Lisboa começou, pode dizer-se, em 1922, nas ruínas do Carmo, com espécies da Associação dos Arqueólogos, da Câmara Municipal e da Exposição Olisiponense.

Ora, com este núcleo, reunido ao que, mercê da beneditina, patriótica e nunca assaz louvada acção do Ex.^{mo} Eng. Augusto Vieira da Silva, amigo entre os grandes amigos de Lisboa, lisboeta entre os maiores e mais modestos lisboetas tem coleccionado e ao que a Câmara já conseguiu juntar, poderá depois de construído um edifício próprio, formar um Museu à altura do Passado e do Presente de Lisboa.

Entretanto, e porque Vs. Ex.^{as} vieram hoje aqui para conhecer as colecções que a Câmara tem reunido, passarei a mostrar e a explicar o que principalmente se me afigura digno da admiração de Vs. Ex.^{as}.

a) *Pátio de entrada.*

Passado o portão, encontram Vs. Ex.^{as} os restos de monumentos desaparecidos; uma caravela de 1360, do Chafariz de Arroios; a Fonte, truncada, da Samaritana, de Xabregas, do séc. XVI; carrancas e sereias que pertenceram à antiga fonte do Passeio Público; inscrições da Ponte de Algés, etc.

b) *Rés-do-chão.*

Na Sala 1, a bandeira do Concelho de Belém que foi incorporado no de Lisboa; chaves da Cidade que foram calcinadas no incêndio que devorou os Paços do Concelho e as actuais; medalhas e insignias olisiponenses; um antigo estandarte do município; e, ao fundo, cópia, em velho pergaminho, da confirmação por D. Afonso II, do foral dado a Lisboa por D. Afonso Henriques.

Na Sala 2, gravuras da Cidade, dos Séculos XVI a XVIII: Braunio, Probst, Schoenemann, Wit, etc.

Na Sala 3, vistas gerais e aspectos de Lisboa nos séculos XVIII e XIX, (gravuras de Leopold e de Seutter); litografias de Bennett e de B. Martins; um grande desenho à pena, em seda, de Isaias Newton (1838-1922), com a vista geral da Cidade na 2.^a metade do século XIX; documentos dos séculos XIV e XV e o Regimento dos Vereadores e Officiais da Câmara (Séc. XVI).

Na Sala 4, planta de Lisboa de 1650 (cópia lit. de 1853); outra de 1835; planta de Lisboa e de Belém de 1853, e Carta Topográfica de Lisboa, de 1879.

Nas Salas 5, 6 e 7: pinturas e esculturas dos séculos XIX e XX, óleos, aguarelas, desenhos e gravuras, entre os quais o *Fado*, de Malhoa, a *Partida de Vasco da Gama para a Índia*, de João Vaz, *Ruas do Arco do Marquês do Avegrete e de S. Miguel*, de Roque Gameiro, *Alfama*, de José Contente, etc.

Na escada, o busto de Júlio de Castilho, por Maximiliano Alves; duas grandes telas setecentistas de autor desconhecido: *Tomada de Lisboa aos Mouros* e *Martírio de S. Crispim e S. Crispiniano*, que pertenciam à Irmandade de São Crispim e bustos do Verão e da Primavera, da Real Fábrica do Rato.

c) *Primeiro andar.*

Sala A, especialmente destinada a Belém e aos Jerónimos, o Interior dos Jerónimos, por Toni de Bergue; gravuras de Stoop (século XVII) e outras, mostrando aspectos do Paço da Ribeira e de monumentos de Belém. Ao centro da sala, uma «maquette» da Igreja dos Jerónimos.

Na sala B: Cerâmica olisiponense: peças da Real Fábrica de Louça do Rato, do tempo dos já imortalizados Tomaz Brunetto (1767-1771) e Sebastião de Almeida (1771-1779) e peças de outras fábricas; pinturas representando *Santo António, o Incêndio da Alfandega, Milagre de Santo António*, recentemente adquirido, e um «painel» de Jorge Barradas, a *Senhora e o Menino*, também recentemente comprado.

A sala C, contém desenhos e projectos de chafarizes e fontes monumentais e gravuras com vistas do Aqueduto e de Lisboa depois do terramoto, S. Pedro de Alcântara, Santa Catarina, etc. Vista e planta do Grande Aqueduto e colecção de algumas ruínas de Lisboa causadas pelo terramoto e pelo fogo no dia 1.º de Novembro do ano de 1755, por Le Bas. Nas vitrinas, vários documentos, entre os quais o Foral de D. Manuel I.

Sala D: Obras referentes à reconstrução da Cidade depois do terramoto de 1755; Retrato contemporâneo do Marquês de Pombal, de autor desconhecido, que há quem afirme ser Josefa de Óbidos, «maquettes» da estátua de D. José I, duas cadeiras com as armas reais, que serviram na inauguração da referida estátua pertencentes à Sociedade de Geografia, e, na vitrina, vários documentos respeitantes à mesma Estátua.

Na galeria interior, designada no catálogo por sala E, *O Marquês de Pombal e os seus colaboradores examinando a planta de Lisboa* (esboço de Lupi para o quadro que se conserva nos Paços do Concelho), etc., e peças de cerâmica da Real Fábrica do Rato.

Na sala F, aspectos de Lisboa nos princípios do século XIX (pintura, desenhos, gravuras e litografias). Um curioso óleo de autor desconhecido representando o antigo Mercado da Praça da Figueira; Na vitrina, vários documentos de século XVIII.

Na sala G, princípio de homenagem a Rosa Araújo, contém *Retrato de Rosa Araújo*, por Miguel Lupi, *Estudos*, de Columbano Bordalo Pinheiro e de José Malhoa para os medalhões que decoram as salas do andar nobre dos Paços do Concelho de Lisboa; etc. Na vitrina, documentos referentes à história de Lisboa no século XIX; e entre eles o Auto da Cerimónia da Inauguração dos Trabalhos para a abertura da Avenida da Liberdade (1879) e o testamento de Júlio de Castilho.

No corredor e na vitrina à direita, padrões de pesos e medidas e modelos antigos do material empregado no Serviço de Incêndios, etc.

E porque, demais, demorei já Vs. Ex.^{as} vou terminar pedindo a cada um e ao Grupo que nos não desamparem, que nos auxiliem fazendo propaganda, promovendo dádivas ou depósitos, elucidando-nos ou informando-nos, estando atentos a escavações e demolições e prevenindo-nos dos achados de interesse dentro da cidade e arredores.

O Museu Municipal de Madrid, que recentemente tive o prazer de visitar e admirar, nasceu de uma grande exposição da cidade antiga, promovida por amigos daquela grande capital que para o efeito juntaram as suas colecções.

Em tão boa hora se projectou e realizou a exposição que ficou de uma vez para sempre a constituir a base do grande e precioso Museu da capital de Espanha. Se a construção do edifício próprio é base da organização do museu o auxílio dos amigos de Lisboa é indispensável ao seu progresso e valorização.

Apresentando a V. Ex.^{as} os cumprimentos da Câmara Municipal e os meus próprios pela honra desta visita, espero que V. Ex.^{as} saberão apreciar o esforço dispendido e a dedicação e boa vontade com que os funcionários encarregados desta pesada tarefa têm trabalhado não recusando juntar o seu esforço ao deles, para maior glória e prestígio da nossa Lisboa.

A ESTRADA DE SACAVÉM E O PITORESCO DOS SEUS RETIROS

A sua fisionomia psicológica — A camada que os frequentava — Tipoias e cocheiros de antanho

por JOÃO MONTEIRO

Desta feita, leitor amigo, versarei assunto que, há quatro ou cinco décadas, representava diversão muito agradável, com adeptos em largo número.

Se és novo aguçará a tua curiosidade para tomares conhecimento de cenário muito interessante, merecedor da tua atenção, ocorrido na Lisboa doutra era e a tua crítica terá ensejo de apreciar se a bola, com todos os requintes que te atraem, consegue enevoar os horizontes que te vou patentear.

Não sorrrias com precipitação incrédula antes suspende o teu cético ajuizar e posso garantir-te que te não arrependers, pois, em suma, o tempo é tempo, cada época tem o seu colorido, tem suas tendências e até suas aparentes modalidades novíssimas. Verás na tua frente bastidores que não envergonham os actuais e desempenho artístico digno de conceito.

É que, enfim, tudo tem o seu lugar e muitas vezes o *hoje*, embora risonho e folgado, não suplanta o *ontem* porventura mais sintomático.

Se o espelho te mostra rugas e embranquecimento próprio da idade, não encontrarás certamente novidades que te surpreendam nem memoração que te desconforte, mas ser-te-há agradável rever um passado não ingrato e figuras não sombrias.

No caleidoscópio retrospectivo retomarão seu lugar aquelas figuras, hoje lendárias, que entretiveram teu espírito e deficiaram, em transes inesquecíveis, tua juvenil alegria de âmbito bem mais restrito porque as asas não fendiam os espaços ilimitando horizontes. O átomo era pura concepção. Atingira-se a molécula. Muito nacionais e até mesmo, por vezes, muito bairristas os divertimentos que atraíam as massas populares que, em grupelhos denominados purrias, entretinham seus ócios em franca camaradagem.

A coesão era um facto que, pouco a pouco, se desintegrou, consequência natural do cosmopolitismo desportivo. Como quer que fosse teve seguimento a natural marcha do mundo na relatividade de todos os seus fenómenos sociais e não sociais.

Após este pequeno exórdio que se me afigurou natural e lógico, vamos percorrer os camarins daqueles actores que se não caracterizavam e, pelo contrário, se exibiam com toda a naturalidade, sacudidos de artificiosos recursos. E nem por isso deixavam de revelar os seus genuínos dotes e de receber do público o aplauso legítimo a que tinham jus.

Haveria porventura miragens, ilusões, sonhos de acordados, mas isso não obsta à realidade dos seus merecimentos e à justeza de serem postos em seu quadro de evidência nestes períodos de lutas, de ciosas emulações e mesmo de indisciplina de descontentes. Mas saíamos de terrenos filosóficos e entremos nos principais.

RETIROS

onde fiz o meu primeiro ingresso na companhia do notável cavaleiro tauromáquico Alfredo Tinoco que, por excepcional e marcante proporcionalidade física, realizou o ideal Centauro, pois caía a cavallo tão naturalmente e com tanta elegância que, ao entrar nas arenas logo dominava as assistências portuguesas, espanholas, francesas e brasileiras, que todas percorreu com unânime agrado pelo brilho com que exerceu a sua nobre e arriscada profissão. Tinoco, que aliava à sua figura apolínea trato de gentleman, teve residência na Castanheira do Ribatejo, e mais tarde em Vila Franca de Xira, berço de meu Pai.

Foram grandes amigos e até compadres, pois Tinoco parainfou minha falecida irmã.

Eu deslizada frequentemente do solar da Quinta das Areias onde, desde muito novo, tive acolhimento familiar, para a Castanheira que lhe ficava próximo e nas ausências no país ou a Paris onde, com José Bento de Araújo, marcaram como cavaleiros tauromáquicos, apoteótico destaque, vigiava-lhe o seu lar e, por vezes, os seus quatro cavalos de combate. Desta aproximação tão íntima, embora com sensíveis diferenças de idades, adveio o meu início na boémia dourada da tão afastada mas reluzente época.

Conservo o alfinete de realístico recorte (uma ferradura em ouro, adornada de preciosas pedras, à guisa de cravos) com que o compadre Alfredo, assim tratado na intimidade de nossa casa, mimoseou meu Pai em data festiva.

A Estrada de Sacavém onde se localizavam aqueles recintos de recreio e deleite tem, pois, para mim, que tantas vezes a percorri, a pé e a cavalo em pleno vigor e folgar buliçoso, (porque acompanhei o ritmo da minha época e, irrequieto dei o braço à tradição que fervilhava em meu sangue) o efeito de me reconduzir a estado não de alegria efusiva mas de alma saudável e com satisfação recordo factos que a memória me aviva. A aludida Estrada tinha seu começo na cunhal da Igreja de Arroios, do lado da sacristia, onde se lia o respectivo letreiro municipal, posteriormente substituído por Rua Alves Torgo, e estendia-se até Sacavém, encontrando-se neste longo trajecto os Retiros também conhecidos por Hortas porque todos eles dispunham de tratos de terrenos, mais ou menos extensos, onde, nos espaços anexos à parte urbana, se estabeleciam os caramanchões engalanados com arbustos e vegetação própria, seguindo-se-lhe cultura hortense bem cuidada, com esmero e rigor, das espécies vegetais de consumo constante, vivificadas pela água que a vigilante nora mourisca, em seu característico chiar, lhes distribuía por intermédio dos alcatruzes que o pachorrento boi, de olhos vendados e inalterável andamento, fazia mover, prestando sua ajuda ao rústico labor. A estas atraentes locandas acorriam todas as camadas sociais, constituindo assim centros de reunião com freguesia especial que lhes era assídua. O respeito mútuo, a compreensão nítida do âmbito de cada classe determinava espontânea e natural selecção de forma a manter em aprumo ordeiro camadas heterogéneas de instinto idêntico que consistia em procurar no regozijo do ar livre horas de recreio, fugindo à monotonia da cidade, onde escasseavam os atractivos que lentamente se foram infiltrando criando assim novos e variados distraimentos.

Percorrendo a estrada encontrava-se do lado direito a primeira atracção cuja taboleta silhueta um adunco

PAPAGAIO

que lhe dava o título, mais tarde substituído por outra ave também de bico recurvo

Á GUIA - R O X A

Foi seu primeiro proprietário um empregado do matadouro de nome Pena Monteiro, sendo esta casa bastante frequentada, muito naturalmente, por funcionários superiores da Câmara. Pratos especializados em que predominava a carne, cozinhada sob formas variadíssimas, atraíam os apreciadores que, após os encargos da sua profissão, ali passavam as tardes e as noites com agrado e conforto. Esta casa foi depois orientada por dois vultos em destaque no meio lisboeta: o conhecido aficionado Benito Perez y Domínguez, dedicado amigo de meu progenitor e que também me distinguiu com a sua amizade — pai do detentor da Secção Tauromáquica do «Diário de Lisboa», também bom amigo, autor de apreciados trabalhos sobre assuntos taurinos — e o proprietário alenquerense Machado, irmão do capitão Machado, muito em evidência na política daquela época, que se associaram fomentando-lhe o desenvolvimento. Fácil se torna deprender que à chefia exercida por aqueles dois nomes de meio diferente, quer por educação, quer por actividades bem diversas, mas que, por temperamento dinâmico — segundo a linguagem actual — se congraçaram naquele propósito, correspondia afluência idónea dante-mão assegurada do escrúpulo e escolha de ementas e das qualidades dos vinhos fornecidos pelo viti-vinicultor Machado que de Alenquer os enviava de forma a merecerem o justo aplauso dos respectivos consumidores. Este pormenor põe bem em evidência a categoria do estabelecimento e a base em que assentava a confiança que merecia.

Mais adiante, ainda do mesmo lado, surgia o

Z É D O S P A C A T O S

onde um largo portão dava passagem ao vasto recinto de entrada para alojamento de viaturas e animais que transportavam a clientela àquele sedutor paraíso.

O seu proprietário, de nome José Joaquim Pereira Caldas, figura interessante, alto, forte, barrigudo, extremamente simpático por seus bons modos e carinhosa recepção atraía a numerosa freguesia frequentadora da sua casa que ele caprichava em manter pelo asseio, ordem e solicitude que lhes proporcionava.

A cozinha era superior e esmeradamente dirigida por sua companheira, a austera e sizada Júlia, incessante e prestimosa dedicação que pranteia ainda a sua falta, um autêntico valor dia a dia confirmado pela concorrência sempre crescente, abrangendo desde o modesto operário — gente simples mas sã — até aos de evidente posição social quer em fortuna, quer na ascendência aristocrática, quer ainda nos cargos que desempenhavam.

Ambiência de boa paz e satisfação comunicativa, quase familiar, como se não existissem diferenciações de categoria.

A convergência destas circunstâncias conferia-lhe geral agrado. Uma das distrações então em voga era o jogo do chinquillo a que os clientes se entregavam após a refeição. À noite predominava o dominó e o chamado liques, sendo raros os conflitos devidos a excessos libatórios, de pronto e conciliatoriamente serenados com a presença do dono da casa que usufruía bastante prestígio, raramente invocando e impondo o supremo e convincente argumento: — Estamos na casa dos... pacatos.

Seu pai, fundador do estabelecimento, educara-o, naquele meio, dando-lhe o exemplo da consideração que disfrutava, tornando-o afilhado do Conde de Anadia, fidalgo de raça, que lhe dispensava particular estima.

Detalhe curioso: Por motivo de doença, o célebre titular, cujo fado ainda hoje se exalta, fez-se representar no baptismo pelo bem conhecido e estimado «inteligente» das corridas de touros, o popular Manuel Botas.

Tarefa inviável a da pormenorização das festas que ali se realizaram com a assistência de nomes da maior evidência em todos os meios. Fidalgos da melhor estirpe ali se davam pontos de reunião e o ágape decorria em crescente animação, porque o meio lhe era próprio. As tipóias acumulavam-se no vasto pátio de entrada, transportando figuras marcantes em todos os sectores sociais e a confraternização tinha seu início. Por vezes a cozinha não estava suficientemente provida. Pois o galinheiro e a coelheira se encarregavam de suprir a falta. Uma cavaqueira amena, um passeio pela horta, o exame à guitarra e à viola, davam tempo a que da cozinha saísse o olor que provocava maior apetite. O cabide suportava o casaco e, por vezes, o colete, cortejavam-se os presentes que já ocupavam lugar na mesa comum e trocavam-se engraçados ditos entre estranhos que o convívio aproximava. O José dos Pacatos sempre amável, ladeava as mesas e, com dichotes, ia inquirindo da disposição dos seus clientes que lhe correspondiam com afectividade. O simpático e estimado serviçal Bitoque secundava-o com piada sempre feliz.

A guitarra e a viola eram indispensáveis companheiras à hora do café, epflogo natural do repasto.

Luís Petroline, Visinho, Carmo Dias, Reinaldo Varela, Tomás Ribeiro, José Queirós, José Maria Sales (o Sales esporeiro) e outros profundos conhecedores dos braços da guitarra e da viola pisavam as cordas com artística precisão, dedilhando-as em minúcias de arpejos, electrizando a assistência e convidando ao canto do fado que, então, constituía o clou da festa, proporcionando ao espírito momentos deleitosos.

Silêncio absoluto para que se não perdesse a modalidade que a garganta educada sabia imprimir à letra emanada de poetas populares com inspiração feliz, deglandiando-se para gáudio e satisfação dos assistentes que lhes premiavam os improvisos com quentes ovações. O canto do fado era exercido por amadorismo, com emoção e sentimento; as guitarras acompanhavam suavemente, em surdina, deixando ao cantor liberdade absoluta para emitir cadenciosamente seus requebros e inflexões bem timbradas. Os cantores tinham personalidade, estilo próprio que os definia e prestigiava. Reciprocamente respeitados não se plagiavam. O estilo da Albertina era bem diferente do estilo da Cacilda como o do Júlio Sepúlveda do de Manuel Serrano, como o do José Leite Diniz do de Marinho, etc. E até altas horas da noite escutava-se, religiosamente, a tradicional cantiga. Como me é ainda agradável pedir à memória — e ela não se nega antes capricha em satisfazer o meu anseio — que me delicie recordando alguns dos típicos estilos e a primorosa e castiça dicção dos cantores dessa época, tais como a Albertina e a Cacilda, aquela elegante, de olhos azevichados e cujas tranças do mesmo tom, atingiam, quando desprendidas, a curva da perna; esta esbelta e donairoza, emitindo ambas caudais de gorjeios que fizeram época e marcaram sua individualidade; o Manuel Serrano, o Sepúlveda, o Maurício, o José Maior (a quem o Conde de Caparica dispensava boa amizade), o Ribeirinho, o Octávio Vecchi, o João Bastos, o D. João de Noronha, o D. Rui de S. Martinho, o D. Pedro de Bragança, estes quatro ultimos ainda, felizmente, no rol dos vivos e da minha afeição.

«É necessário ser «alfacinha» e ter percorrido as vielas da Mouraria, as congostas de Alfama, as ruelas do Bairro Alto; ter abancado debaixo da latada verdejante das hortas no termo de Lsboa, enquanto a nora geme, e nos pratos o peixe frito se esconde entre a salada fresca; é necessário ter assistido às veladas estroinas das antigas esperas de toiros, quando o luar prateava a poeira na estrada de Carriche e platanos do Campo Pequeno, para sentir a poesia mórbida

da guitarra dolente no acompanhamento do «fado» — o fado que é no seu espírito e na sua letra a canção tristemente «amorosa do povo».

Inspiradas e sugestivas frases com que o punho fidalgo do esmerado escritor Conde de Sabugosa ilustrou uma página do Album «O Fado de cada um», escrínio de pensamentos adequados, tendo por tema o fado.

Album que reflecte o espírito boémio do meu velho amigo Júlio Pires e que é o livro de ouro da sua agitada mocidade.

Continuando pelo lado oriental da estrada, já no Areeiro, deparava-se nos o retiro da Basaliza, que em seus fastos regista notáveis sessões de fado. O título desta casa sofreu modificação passando a denominar-se

T A N O E I R O

estabelecimento que ainda lá se conserva.

Retrogrademos um pouco para te indicar, leitor amigo, o único congénere do lado ocidental da Estrada de Sacavém: a Quinta da Nossa Senhora da Assunção, de que era proprietário um individuo de apelido Mendonça, que a alugava.

De larga área arável predominava, contudo, o cultivo das vinhas produtoras do famoso nectar que lhe deu o nome.

Atravessamos de novo a estrada e detenhamo-nos um pouco neste espaço de terreno que agora pisamos onde o mestre de obras Pio dos Santos, de sociedade com Manuel Serrano, instalou o

R E T I R O D A V A R A N D A

Evoco a figura esguia e magrizela do Manuel Serrano, de bom cerne fadista, o cantador de maior fôlego que jamais cuvi. Fôlego e estilo castiço... no fado corrido.

A ponto duas quadras da sua predilecção:

Até o próprio dinheiro
Me fugiu da algibeira.
Não me faz falta nenhuma,
Vivo da mesma maneira.

Que se divirta por lá,
Deixá-lo girar, coitado,
Que eu cá por mim dele já
Estou desacostumado.

Que descanse em paz o notável cantador Manuel Serrano.

E chegamos à

P E R N A D E P A U

o último reduto, prestes a tombar, mantendo a mesma modesta aparência: a velha porta guarnecida de ferro e as duas janelas igualmente gradeadas, atestando a sua vetustez, dão passagem à luz solar indiferente às evoluções do progresso, amimando e confortando ainda aquela veterana casa que primava na apresentação do peixe frito a saltar da frigideira e da salada colhida no momento, rendendo muita merecida fama ao velho retiro onde a tia Narcisa, a última locandeira, acolhia, sorridente, a categorizada freguesia.

A tia Narcisa faleceu em 1912.

A Perna de Pau foi inaugurada em 1860, tendo sido sua primitiva proprietária Gertrudes Rosa Soares, tã de João Gregório da Silva, mais conhecido pelo João da Feiteira, simpático ancião que acompanha ainda de perto os serviços agrícolas da sua Quinta do Grilo, onde reside, e das varandas da qual se divisa vasto e esplêndido panorama.

Um tiro perdido colheu a sua tia numa perna, que lhe foi amputada, utilizando, desde então, uma perna de pau, que ainda hoje se guarda como troféu e que originou o nome do retiro mantido até ao presente.

Esta celebrada locanda, porventura a mais antiga, a única sobrevivente da fiada dos famosos retiros que guarneciam aquela área suburbana, fiel paradigma de eras vívidas, hasteia, ciosamente, no scopro de vida que ainda lhe resta, o galhardete que a vaga de ruínas lhe trouxe às mãos, fazendo-a detentora, responsável pela continuidade brilhante de um passado glorioso que, a despeito das vicissitudes e vaidades contemporâneas, jamais fenecerá, avivando-nos na mente a Estrada de Sacavém.

A velha guarda que a frequentava nesses tempos idos, quando adrega passar-lhe rente espreita-a com ternura e presta-lhe, comovida, o culto da saudade.

«As coisas falam...» é o título dum precioso trabalho literário do brilhante escritor e meu prezado amigo Dr. João Barreira.

Que dirão aquelas defeituosas pedras, as carunchosas madeiras e os confusos vestígios ao verem passar, velozmente, as motorizadas viaturas indiferentes ao passado, alheias às épocas anteriores, emitindo de seus aparelhos motivos wagnerianos e trechos de óperas...

Elas, tocadas de melancolia, nostálgicas dos longínquos e lânguidos sons das guitarras premidas por dedos famosos e em que o fado enternecia e cativava com enlevo, refugiam-se nas sombras da tradição...

Os aprumados cocheiros, que traziam as parelhas a trote fixe, abrandavam ali o andamento para transporem o contíguo portão em madeira, de acanhadas dimensões, e os cavalos, libertos dos freios e das barbeças, mastigavam, com delícia, as frescas cencuras criadas naqueles hortejos.

Os batedores cobriam o dorso das facas, examinavam os cubos das rodas, cingiam melhor o cadinho da cinta, aguardando, fleugmáticamente, a chamada dos fregueses, a cuja mesa se sentavam com respeito e atenções.

A propósito citarei alguns nomes e alcunhas da pléade dos famosos cocheiros que faziam praça ali no Rossio: o Lagarto, os três irmãos Paço d'Arcos, o Gálvão, o Caetano Aguardente, o Júlio Gigante, o Júlio Ferrador, o Maxímiano, muito pequeno, mal tocando os pés no estrado da boleia, os irmãos Bitaculas, o Gradil, o Bernardino pai e filhos do Arco do Cego, etc.

Identificados com as parelhas, tendo na mão as bocas dos cavalos, que prodígios eles realizavam. Sair e entrar no Rossio com o pingalim no canudo, sem dele se utilizarem, era o luxo do batedor porque significava a dispensabilidade do castigo para que a parelha cumprisse.

Bons tempos!

Adiante da Perna de Pau, do lado esquerdo, a caminho do Pote de Água, existia o

RETIRO DAS FEITEIRAS

dirigido por uma robusta rapariga chamada Gertrudes, mais conhecida pela Gertrudinha das Feiteiras, irmã do João da Feiteira, e que casou com Eduardo Rodrigues, de apôdo O Robão, destemido cabo de forcados, desempenhando esse cargo nas touradas organizadas por fidalgos.

Junto à Portela de Sacavém, especializado em trabalhos de molas para viaturas e outros utensílios em ferro, atendendo e servindo a larga clientela que de longe lhe utilizava seus préstimos, ouvia-se o malhar do ferro em ignição, sob o proficiente olhar do mestre António da Costa, conhecido pelo «Ferreiro da Portela».

O último estabelecimento à direita, em plena Portela, era pertença de

MANUEL DOS SANTOS

que prestava amável acolhimento, servindo apetitosos pitéus e vinhos de bom lote.

Desnecessário se torna acentuar que os admiradores de Bacho, frequentadores destes estabelecimentos, encontravam dificuldade na classificação dos néctares porque as cubas só albergavam qualidades superiores de pureza absoluta.

A água passava longe... nos côrregos da horta!

Típicas referências:

Havia um dia consagrado pelos artistas dos nossos teatros à merenda nas hortas. Na quarta-feira de Cinzas era sabido que, quem desse um passeio àqueles arrabaldes, encontrava-os floridos de caras conhecidas, ausentes dos palcos na noite correspondente, respeitando os ritos eclesiásticos de comemoração naquele dia.

Igualmente ali compareciam nesse dia os foliões que durante o período carnavalesco angariavam importâncias com que satisfaziam os encargos das vestimentas e outros, sendo o restante consumido nos retiros em fraterna frescata.

Fácilmente se infere, após a leitura do exposto, que nem só os apreciadores da boa culinária e dos aromáticos e capitosos vinhos ali se juntavam para distracção e preferido desfogo.

Sítios aprazíveis, horizontes amplos, calma bendita, um à-vontade alfiante, seduziam inebriantemente as tertúlias intelectuais e os ditos e as frases elegantes, surgindo e cruzando-se como girândolas, saturavam a atmosfera de magia soberba.

Poetas e prosadores esgrimiam seus pensamentos com esfusante alegria.

No inverno, abrigavam-se no Café Martinho, centro nocturno de cavaqueira, entretenimento peculiar às pessoas de boa educação que mantinham e cultivavam ainda com caloroso e elevado respeito a sublime arte de conversar, em conturbante declínio:

Lastimável!

Para se avaliar da frequência que utilizava a madeira rija dos bancos circundando as extensas e tóscas mesas destas mansões, onde a pituitária antegozava o pitéu contido no tacho ou na frigideira, citarei, muito ao acaso, nomes da boa sociedade lisboeta: D. Alexandre Vila Real, da Quinta do Alto; Alfredo Valdez, impecável de vestuário; António Esteves, da Quinta de Santo António, ao Areeiro; António Prudêncio, com estabelecimento de trens na Junqueira; Artur Avelar «Rabelva», avaliador da Companhia de Crédito Predial e apreciado poeta; Bulhão Pato, o laureado poeta; D. Caetano de Bragança (Lafões); o actor Cardoso; Conde de Caparica; Eduardo Reis, cenógrafo; D. Fernando

Pombeiro; Figueiredo «Pinturas»; Filipe Gama; Francisco Vale, pintor; dr. João Barreira; João Gladiardi, professor de equitação; João Wagner, distinto caçador; Joaquim Clington, vice-cônsul do Brasil; dr. José Abreu; D. José de Mascarenhas; José Bento de Araújo; D. José Manuel da Cunha Meneses, professor de equitação; Júlio Mardel; Júlio Pires; Marquês de Angeja; Octávio Vecchi; Rodolfo Bery; Rosa das Mônicas; Sabino Correia, pai e filho; Silva Canellas; D. Tomás de Melo; Vieira da Silva, etc.

Para fechar com características nótulas confirmativas da aura que ba-fejou quele memorável rñção, citarei dois episódios típicos que certificam a sua popularidade. Na noite da décima quinta representação do drama «Alcácer-Quibir», da autoria do falecido D. João da Câmara, de convívio encantador, o poeta fidalgo «de ascendência sumptuosa e sangue real», gentil-homem dos pés à cabeça, amigos e apreciadores do seu elevado talento projectaram e levaram a efeito uma ceia oferecida ao mavioso poeta e notável dramaturgo que foi, por assim dizer, a segunda apoteose dessa noite ao seu brilhante talento literário, tão fundamentalmente revelado na peça de que se trata. O grupo organizador, preferindo à atmosfera da cidade, a higiénica brisa campina, e antevendo o gozo que a expressiva gracilidade provocaria, escolheu local apropriado no cenário castiço e pitoresco da Estrada de Sacavém, fazendo recair os convites nas figuras mais em destaque na poesia e outros géneros de literatura. À porta do teatro de D. Maria, aguardando o termo dos frenéticos aplausos, estacionavam as tipóias que deviam conduzir D. João da Câmara e seus admiradores ao retiro, surpresa agradabilíssima para o seu delicado espírito boémio. A ceia decorreu na maior intimidade, sem etiqueta de espécie alguma, embora estivessem presentes gradas figuras em contacto com o protocolo. Tinham que ser banidas as convenções e diplomacias e ninguém certamente deu pelo facto, tanta era a satisfação e prazer de solenizar quem, com tanto merecimento e tão distintamente, se impunha à consideração geral.

Um momento de atenção para que o eminente prosador, «double» de mimoso poeta Lopes de Mendonça, que ocupava lugar na mesa comum, declinasse, no apogeu do seu entusiasmo, a seguinte quadra que improvisara:

Se foi Alcácer-Quibir
A perda da nossa glória,
Tal nome hoje representa
A mais completa vitória.

que foi unânime e demoradamente aplaudida.

Pouco depois, o poeta popular Carlos Harrington — estro pronto — autor do livro «Improvisos», que encerra belezas de poesia e que foi prefaciado pelo génio de Gomes Leal, glosava a quadra de forma felicíssima, cantando-a à guitarra, o que os comensais sublinharam com estrepitosa ovação.

Os convivas manifestaram calorosamente, em absoluta concordância, o bem-estar que os animava, traduzido em brindes reveladores de centelha espiritual e abraços ao anfitrião, conduzindo-o em triunfo à carruagem que o transportou a sua casa.

Outro episódio autêntico e que reveste o seu ar dramático:

Como já esclareci, estavam sempre à mão a guitarra e a viola, imprescindíveis após as refeições, sendo o canto do fado sua parte integrante. Os noctívagos acolhiam-se àqueles baluartes e, até alta noite, rendiam culto aos descantes.

Certa madrugada, um fidalgo, descendente duma das mais velhas famí-

lias brazonadas, boémio elegante, polido e que sempre se fez respeitar, passou a cavalo junto do portão do retiro.

O som da guitarra e do fado, entoado com alma, reteve-o e, pé no chão, percutiu a porta que momentos depois lhe franqueou a entrada.

Os presentes, que o reconheceram, saudaram-no com respeito e calor e, dentro em pouco, a viola, cujos segredos lhe eram familiares, passou às suas mãos com aplauso unânime. E a festa seguiu seu curso redobrando de interesse. Porém, na sala contígua, rumor estranho se presentiu e uma voz assurdinada fez trasmudar a atitude alegre que reinava.

A R U S G A !

Num pronto, com rapidez incrível, alguns dos circunstantes lançam mãos aos bolsos das calças e, uns após outros, seguindo o exemplo do mais ladino, enfiam pelo orifício da viola a arma proibida de que se achavam munidos.

A cena foi momentânea, a tempo de evitar o percalço. A polícia penetrou na sala, fez a intimação de que se erguessem, e procedeu à apalpadela dos bolsos, excepção feita do nosso fidalgo, que continuou dedilhando a viola e a quem o cabo cumprimentou com acatamento porque o reconheceu.

Serenaram os ânimos, trocaram-se olhares de tranquilidade e procedeu-se à escolha das armas que a viola abrigara, recolhendo aos bolsos dos seus possuidores, alguns de cabelos amelenados.

Sobre a mesa estava um pão por encetar (pão de meio quilo, de saudosa memória), agasalhando, em seu seio, uma arma que não teve tempo de ir fazer companhia às outras. É mister acentuar, em abono da verdade, que a grande maioria das armas eram canivetes, de maiores ou menores dimensões, alguns com vários atributos, mas que a polícia tinha ordem de apreender.

Meu caro D. Pedro de Bragança releva-me a inconfidência, mas a fibra o garbo fidalgo que te acompanha, marcou sempre em requintes de beleza espiritual impondo-te à consideração, à estima e ao respeito que te rodeiam.

A metamorfose que se operou na cidade, cuja periferia sofreu enorme alargamento, originou a queda destes poéticos e pitorescos arrabaldes, para dar lugar aos amplos bairros que o lisboeta presentemente disfruta. Expropriações, demolições sucessivas, ocasionaram o desaparecimento daquela estrada e terrenos anexos, agora ocupados pela magestosa artéria que é, na capital, uma das mais formosas e, em futuro próximo, a sua avenida mais extensa.

Os hábitos sofreram também a natural evolução e, na cidade, caprichosos restaurantes começaram a acolher a clientela daqueles desaparecidos locais, onde dominava franca liberdade, sendo trivial o abandono do casaco que traduzia sem-cerimónia e aproximação pessoal. As mesas pequenas substituíram a mesa comum, familiar, arreigaram-se novos costumes, caducando muitas das tradições e práticas que as modernas normas modificaram.

Ampliaria este despretençioso cavaco com minúcias curiosas e detalhes episódicos da estúrdia, daquele meio e daquela época, mas dou aqui por finda a minha rota, tocando, ao de leve, em pontos do percurso para não alongar demasiado esta jornada de relato conciso pela escassês do espaço, garantindo-te, no entanto, leitor benévolo, que nos factos descritos leste a autêntica verdade, sem exageros.

HOSPITAL MILITAR PRINCIPAL

FUNDAÇÃO DO CONVENTO DA ESTRELA — ESBOÇO HISTÓRICO

Conferência proferida por ocasião da visita dos «Amigos de Lisboa»
ao Hospital Militar Principal em 30-III-947.

Pelo Capitão-capelão JOSÉ ANTÓNIO MARQUES JÚNIOR

Minhas Senhoras:
Meus Senhores:

Talvez que ao esclarecido critério de V. Ex.^{as} cause uma certa estranheza vir aqui dirigir-vos a palavra um velho capelão militar gasto pelos anos, e pela inflexível lei do limite de idade já desligado do serviço; mas eu explico a razão determinante deste meu gesto:

Devo ser o oficial mais antigo e ainda vivo que prestou serviço neste hospital e aquele que durante mais longo espaço de tempo ininterruptamente aqui serviu: — nada menos de 34 anos, de 1910 a 1944, tive a honra de pertencer à corporação de oficiais, que fazem parte do quadro hospitalar.

Aqui paulatinamente se me enrugaram as faces; aqui se me encaneceram os cabelos e quase todos desertaram do craneo, onde se implantavam; aqui conheci sucessivas gerações de médicos militares; aqui desempenhei as mais variadas funções compatíveis com o meu carácter e habilitações tais como as de capelão até à data da separação das Igrejas do Estado, e depois as de bibliotecário, director e professor da Escola Regimental, oficial de Justiça Militar, conferencista, e, até numa emergência difícil, as de tesoureiro do Conselho Administrativo.

Entrei para aqui no apogeu da vida, saí no ocaso, no declinar da existência. Durante essa grande etapa — a maior do meu *curriculum vitae*, nunca aqui experimentei o menor dissabor; só encontrei dedicações, cimenteí amizades e recebi deferências, que se traduziram em louvores dos superiores, em afabilidades dos camaradas e respeito dos inferiores.

Portanto a minha affectividade está intimamente presa a este hospital como a hera enleada ao tronco robusto, o crustáceo à rocha dura, o brilho à estrela cintilante, a poesia à lua na sua fase mais clareante, o perfume às flores de corola estonteante e o esplendor ao sol do meio dia em céu desanuviado.

No dia, em que atingi o limite de idade para a reforma, o Ex.^{mo} Director do hospital, que era então o Sr. Coronel Médico Pinto da Rocha, significou-me em requintes de amabilidade que eu continuaria sempre a ser considerado como *filho da casa* — um capitão-capelão do hospital *honoris causa*. Todos os outros oficiais afinaram pelo mesmo diapasão, não querendo dizer-me a chocante palavra — *adeus*; por isso eu, todos ou quase todos os dias, tenho continuado a aparecer por aqui, a recordar o passado, e com a mais viva satisfação verifico que a minha pessoa ainda não está esquecida e que todos me envolvem naquela atmosfera de

simpatia e amizade, que sempre me afagou enquanto aqui permaneci no serviço efectivo.

Nestas circunstancias, seria desairoso, falta de gentileza, mais ainda — ingratidão da minha parte, o declinar o honroso convite que me foi feito pelo Ex.^{mo} Coronel Médico Carrilho Xavier, Director cessante, e depois ratificado pelo actual Director interino, Ex.^{mo} Major Médico Bastos Gonçalves para — Minhas Senhoras e Meus Senhores — vos dirigir a palavra nesta occasião.

Se ao Director cessante me prendiam laços de grande amizade, pois que o conhecia desde que foi promovido a official médico, estando eu já em serviço neste hospital, ao actual mais íntimos laços me prendem, porque o conheço desde os tempos de estudante, em que pelo fulgor da sua intelligência e applicação ao estudo prenunciava o médico distinto e o cirurgião eminente, que hoje é tanto no fóro civil como no militar.

Vou, pois, desempenhar-me da missão, que me foi confiada, informando V. Ex.^{sa} de que este meu trabalho humilde e despretencioso, é apenas um esboço histórico do convento da Estrela, actualmente Hospital Militar Principal, sem veleidades de ciência nem de erudição, e foi em grande parte aproveitado de uma monografia, que, a pedido, escrevi há 10 anos e não foi destinada ao público, mas apenas para ser conhecida, além do Director, para quem a escrevi, do meio restrito do Hospital.

Remonta ao ano de 1573 a fundação do convento, que 263 anos depois, em 1836, foi adaptado a Hospital Militar.

Pelo ano de 1571 pensaram os Reformadores da Ordem do Patriarca S. Bento em fundar uma casa na cidade de Lisboa.

Esta Ordem foi uma das mais notáveis e que mais lustre deu à Igreja. Data a sua instituição do século VI e teve o seu berço no Monte Cassino, na Itália, onde S. Bento ergueu o primeiro Mosteiro sobre as ruínas de um templo consagrado a Apolo.

Segundo a regra beneditina, os religiosos eram obrigados, além das rezas e cerimónias místicas, a sete horas de trabalho material e duas de estudo.

O discípulos de S. Bento eram os artífices dos próprios conventos e elle os ajudava frequentemente, afeiçãoando a pedra e manejando a trôlha como um simples pedreiro.

Dava assim S. Bento um grande e harmonioso exemplo por ser talvez o primeiro que na vida monacal compreendeu que a perfeição do estado religioso consiste não só na oração, mas também no trabalho útil e fecundo.

E tão persistente e paciente foi esse labor que ainda hoje, quando admiramos algum trabalho digno de encómios e que revela muita proficiência e sobretudo muita paciência da parte do autor, costumamos dizer: «é um trabalho de beneditinos».

A Ordem beneditina introduziu-se na península hispânica, sendo ainda vivo o seu fundador.

Dos doze monges enviados por este para a península, alguns vieram até à região de Coimbra e escolheram o sítio de Lorvão para edificarem entre nós o primeiro convento da Ordem.

Segundo referem as crónicas, a Ordem manteve-se até ao ano de 1400 como fora para desejar, não soffrendo os frades qualquer prejuizo nem mesmo durante a dominação árabe, e, após a fundação das monarquias neo-góticas, receberam assinalados beneficios dos reis de Leão. A partir de 1400 a Ordem por diferentes circunstâncias começou a enfermar de vários defeitos e a enveredar para a decadência.

Uma das principais causas desta decadência foi a nomeação de commandatários perpétuos para administradores dos conventos, nomeação que era feita pelos reis. Em 1500 todos os conventos de S. Bento estavam nas mãos dos coman-

datários, que por via de regra eram clérigos seculares e que só curavam de fruir as pingues rendas dos mosteiros. Disto provieram tais abusos que por determinação do Geral da Ordem vieram a Portugal dois religiosos, fr. Pedro Chaves e fr. Plácido de Vila-Lobos, encarregados de corrigir os abusos e restaurar a Ordem beneditina no antigo grau de pureza e perfeição.

É ao segundo destes religiosos que de um modo especial e sob os auspícios do Cardial D. Henrique se deve a fundação do convento, que primeiramente se chamou de S. Bento da Saude e mais tarde havia de ser chamado *da Estrela*.

Como em quase todas as instituições de carácter religioso, os cronistas fazem intervir o maravilhoso, o sobrenatural, na fundação do convento da Estrela, e assim referem que, andando fr. Plácido de Vila-Lobos muito preocupado com a escolha do local para o novo convento, um dia, depois de um sermão, que prègou no convento das religiosas da Esperança, lhe appareceu junto aos degraus do pulpito um homem de venerável presença e proveccta idade, vestido de preto, o qual lhe dirigiu a palavra, dizendo que sabia andar ele fr. Plácido bastante pesaroso por não encontrar sítio idóneo para a fundação do convento, e, por isso, o convidava a acompanhá-lo a uma quinta próxima, que certamente lhe havia de convir.

A quinta chamada de Campolide era propriedade do Governador da Ilha de S. Tomé, Luís Henriques, e ficava situada no topo da calçada, que do convento tomaria também a denominação de Estrela. Até aqui nada de extraordinário e muito menos de sobrenatural; mas dizem ainda os antigos cronistas que, quando o frade, depois de ter verificado que o local era muito conveniente para a instalação, em que pensava, desejou perguntar ao respeitável desconhecido qual seria o meio mais óbvio para fazer aquisição da quinta, não mais tornou a vê-lo, tendo desaparecido como por encanto, o que lhe despertou a ideia de que esse vulto talvez fosse o seu Santo Patriarca appareido miraculosamente e que desejasse ser venerado naquele local. No dia seguinte, fr. Plácido de Vila-Lobos foi ao Palácio do Cardial D. Henrique, que com o título de super-intendente muito estava empenhado na Reforma da Ordem Benedictina, dar-lhe conta do ocorrido pedindo-lhe amparo e protecção para adquirir a quinta, que, como dissemos, era do Governador de S. Tomé, mas acerca da qual corria um litígio entre Duarte Peixoto da Silva, genro do dito Governador, e António Nunes, negociante do Algarve, em razão de uma soma de dinheiro que o referido Governador ficara a dever ao primeiro antes de embarcar. O Cardial ordenou logo que Fr. Plácido Vila-Lobos tomasse conta da quinta, comprometendo-se por intermédio do frade a pagar a dívida do proprietário e a indemnizá-lo do mais que fosse justo. Parece que o caseiro ainda quis opor-se à posse; mas o que poderia o pobre homem fazer contra a vontade do real purpurado? As casas da quinta foram transformadas em igreja, sacristia, dormitório e officinas necessárias para os monges, que vieram de Entre-Douro-e-Minho, celebrando-se a primeira missa no novo convento, com grande solenidade e pompa, na noite do Natal de 1573.

Quando regressou o Governador de S. Tomé e teve conhecimento de que os frades de S. Bento se haviam apoderado da sua quinta, encolerizou-se de veras e começou a pensar na melhor forma de os expulsar; mas, indo ao convento e vendo a sua sala nobre transformada em Igreja, foi também tal a transformação que nele se operou que na presença dos religiosos declarou que, uma vez que o Rei da Glória estava de posse da sua casa e da sua fazenda, ele já nada queria nem pretendia e, na sua generosidade, foi ainda mais longe, deixando uma avultada esmola para as necessidades da comunidade. Este antigo Governador de S. Tomé, depois de enviuar, professou na Ordem de S. Bento, tomando o hábito no dia da Conversão de S. Paulo, e, em homenagem ao Apóstolo das

Gentes, trocou o nome de Luís pelo de Paulo. Os religiosos, seus confrades, em testemunho de gratidão, após a sua morte, acobertaram-lhe a sepultura com uma formosa campa, e mais tarde trasladaram-no para um novo sepulcro, em que puseram o seguinte epitáfio: «Aqui jaz fr. Paulo Henriques, religioso de S. Bento, o qual fez estas casas antes de monge, que depois foi deste Mosteiro. Faleceu a 9 de Junho de 1575.»

Do convento, primitivamente chamado de S. Bento da Saúde, por ter sido a quinta, em que foi instalado, lugar de convalescença para os doentes no tempo da peste, foi primeiro abade nomeado pelo Cardinal-Rei o referido Fr. Plácido de Vila-Lobos, seguindo-se-lhe no cargo diferentes varões notáveis pela sua ciência e virtude.

No ano de 1598, sendo abade geral D. Gonçalo de Moraes, que mais tarde foi Bispo do Porto, deu este princípio ao sumptuoso templo e magnífico convento, que foi denominado de S. Bento o Novo, e que actualmente está adaptado a palácio das Côrtes. No ano de 1615, a 8 de Novembro, os religiosos de S. Bento instalaram-se no novo convento e quase abandonaram o antigo. Mas, sendo abade geral Fr. Leão de S. Tomás, reconheceu este que não era razoável abandonar por completo uma casa, que fôra o berço da Ordem Reformada, e assim mandou que ela fôsse transformada em Colégio e Casa de Estudo com reitor que tivesse voto em capítulo.

Para isso, mandou limpar, consertar e reparar a igreja com toda a perfeição e asseio. Mandou também fazer e colocar na capela-mor um formoso quadro de dezanove palmos em alto e doze de largo, que representava a Virgem, à qual deu o título de Nossa Senhora da Estrela. Não é de estranhar esta invocação, pois que é este um dos títulos mais sugestivos e poéticos com que a Mãe do Redentor é venerada através dos séculos no firmamento constelado da religião cristã, sendo na verdade, para os fiéis, luzeiro, norte, bússola, ideal, verdadeira estrela de primeira grandeza.

Foi, pois, Nossa Senhora da Estrela, o orago ou titular do novo colégio.

Refere o autor do «Santuário Mariano» que o pintor daquele belo quadro foi o ilustre artista Fulano de Paiva.

Não conheço, porém, nenhum pintor português com o nome de Fulano; provavelmente deve tratar-se de António de Paiva ou Miguel de Paiva, pintores insignes do século XVII.

Além do quadro, existia também sobre a banqueta do altar e do lado direito outra imagem da Virgem em escultura de madeira com o Menino Jesus sobre o braço esquerdo e na mão direita uma estrela de prata dourada, oferta do conde de Figueiró, D. José Luís de Alencastre, a qual estrela era muito solicitada pelos enfermos, que lhe atribuíam grandes virtudes milagrosas.

Adquiri há muitos anos num alfarrabista uma estampa antiga em papel comum, que devia ser a cópia em miniatura da Imagem de que se trata. Emprestei essa estampa para servir de modelo a um vitral, que foi colocado no Pavilhão da Família Militar, mas em tão má hora que o artista, a quem fora entregue para dela tirar umas fotografias, fê-la desaparecer, restando-me o consólo de, à falta do original, possuir uma dessas fotografias.

Sobre o arco do pórtico, em nicho que deve ter sido transformado em janela, estava outra imagem de Nossa Senhora da Estrela, em barro, na mesma posição em que se encontrava a da Igreja, ladeada pelas imagens de S. Bernardo e S. Bento, em nichos, que já no meu tempo foram também transformados em janelas.

Portanto, existiam no antigo convento 3 imagens da Virgem sob a denominação de Estrela, ignorando eu qual foi o destino que tiveram, pois há já 37 anos que não existiam na antiga Igreja profanada nem na capela, que últi-

mamente servia para o culto e depois foi transformada em sala de visitas e agora em sala de Juntas.

Aproveito o ensejo para informar V. Ex.^{as} de que a antiga igreja, agora, graças à iniciativa e esforços de Suas Excelências o Ministro da Guerra e Governador Militar de Lisboa, restaurada quanto possível na sua traça primitiva, devendo brevemente ser reaberta ao culto, não foi profanada com o advento da República, mas ainda na vigência da Monarquia, ignorando eu por que motivo se perpetrou tal vandalismo. O que sei é que, quando para aqui vim em 1910, não encontrei ninguém que se recordasse da data da profanação, prova segura de que há muitos anos deixara de estar aberta ao culto. No entanto é indiscutível que, depois do convento ser transformado em hospital, ainda a Imagem da Senhora da Estrela era aqui venerada, pois que a estampa, a que atrás fiz alusão, apresentava o seguinte dístico: — «Imagem Milagrosa de N. Senhora da Estrela do Hospital Militar Permanente de Lisboa».

A festa de Nossa Senhora da Estrela realizava-se anualmente no dia da Epifania, isto é, no dia em que o catolicismo comemorava a adoração dos Reis Magos, que das regiões levantinas, segundo a tradição, e guiados por uma estrela miraculosa foram a Belém adorar o Cristo recém-nascido.

Existiu no antigo convento da Estrela a Irmandade dos Preservados da Peste em sinal de gratidão à Virgem por, segundo crerem os seus devotos, Ela ter libertado Lisboa de diferentes epidemias.

A Câmara Municipal de Lisboa chegou a incorporar-se no cortejo de devotos, que a festejavam — tal era a fama e consideração que nesta capital se tributava à Senhora da Estrela!

Nos antigos livros nada mais encontro digno de menção, até que o convento, pela supressão das ordens religiosas, foi transformado em hospital militar.

Tenho, porém, a impressão de que, quando o Geral da Ordem Beneditina, após a saída dos frades para o convento de S. Bento-o-Novo, aqui estabeleceu um simples colégio de noviços, não foram ocupadas todas as dependências pelos religiosos, visto que em 1818, isto é, muito antes da supressão das ordens religiosas decretada por Joaquim António de Aguiar, o «Mata-Frades», já os Administradores da Real Fazenda haviam determinado que para o Convento da Estrela fosse transferida a Secretaria dos Hospitais e a Botica Geral do Exército, instalando-se esta última no refeitório e servindo-lhe de armazém os corredores superior e inferior, que correm ao longo da Igreja, da parte do Evangelho; e de cozinha, metade da do convento.

Em 1821, apesar da revolução liberal do Porto, as Côrtes Extraordinárias Constituintes, que se reuniram como consequência daquela revolução, nada promulgaram que affectasse os interesses do Convento e da Ordem Religiosa, a que ele pertencia.

O actual Hospital Militar Principal, que já teve as denominações de Hospital Militar Permanente de Lisboa e simplesmente Hospital Militar de Lisboa, não é constituído apenas pelas antigas dependências do Convento de S. Bento da Saúde. Própriamente o edificio do Convento, que, como todos vêem, é bastante distinto do conjunto de edificações, tornou-se pelo decorrer dos anos demasiado insufficiente para o fim a que foi adaptado; por isso houve necessidade de o ampliar com vários anexos, completamente separados do edificio principal.

Os primeiros anexos, talvez coevos da instalação, devem ser as dependências separadas deste edificio principal, que se vêem à direita de quem entra e cujas traseiras dão para a Rua de S. Bernardo, tendo tido as mais variadas applicações: casa de autópsias, casa mortuária, enfermaria de isolamento, caserna para as praças, etc.

Depois, muito mais tarde, foram construídos os Pavilhões de Cirurgia,

Oftalmologia, Oto-Rino-Laringologia e Laboratório de Análises, sítos na Cerca, que foi das freiras de Santa Teresa, depois de se passar a Basílica do Sagrado Coração de Jesus, mais vulgarmente conhecida por Basílica da Estrela, e o Convento das mesmas freiras, que hoje é o Instituto Geográfico Cadastral e o Depósito de Material Sanitário. Depois, ainda foi construído o edificio que se ergue à esquerda, quando da Calçada da Estrela subimos para aqui, e onde se encontram instalados os aposentos do médico de dia, as clínicas de Estomatologia, Agentes Físicos, Radiologia, Urologia, Posto de Socorros, Balneários, Barbearias Estação Telefónica, etc. Finalmente edificou-se o Pavilhão da Família Militar, a Lavandaria, Oficinas, tudo na Cerca, assim como um Pavilhão para desdobramento dos serviços de Cirurgia, também na Cerca.

Pròpriamente no edificio, onde nos encontramos, estão as diferentes repartições, aulas, biblioteca, farmácia, cozinhas, arrecadações, refeitório, enfermarias de Medicina, Neurologia e Dermato-Sifilografia, etc.

À excepção das primitivas dependências, todas as outras são posteriores a 1900.

Actualmente é também dependência do Hospital Militar Principal o antigo Hospital de Belém, onde se acham instalados os Serviços de Infecto-Contagiosos. Como, porém, o objectivo da vossa visita é exclusivamente o Hospital da Estrela e não o de Belém, não faço a este referências especiais.

Mínhas Senhoras:
Meus Senhores:

Além das razões, que em princípio enunciei e que me determinaram a vir fazer-vos esta singela palestra, uma outra há que reservar para no fim comunicar-vos:

Apesar de não estar inscrito no benemérito e distinto Grupo «Amigos de Lisboa», também eu sou um grande e entusiasta amigo de Lisboa. Como bom português, que me prezo de ser, não podia, não devia deixar de consagrar o mais entranhado affecto à *cidade de mármore e granito*, à querida *Olisipo*, capital do nosso Império. Mas, para cohenestar tal affecto, seja-me lícito proclamar bem alto que, além de português, sinto legítimo orgulho em ter nascido na velha cidade embalada pelas águas rumorosas do *Lis* e a que serve de timbre, brazão e glória o seu vetusto castelo, que parece ainda impregnado da fama lendária de Paio Guterres.

Ora todos os leirienses — e eu não podia fazer excepção à regra — amam Lisboa como se fôsse a sua própria terra natal e ainda hoje se não consolam nem jamais se consolarão de, contra as suas afinidades sentimentais e remotíssima tradição, coeva do princípio da nossa nacionalidade, serem desintegrados da província da Estremadura, cuja capital é a amada Lisboa, e encorporados na da Beira-Litoral, por mais encantos e atractivos que lhes ofereça a respectiva capital — a poética e ridente Coimbra.

Lisboa para os leirienses foi sempre o astro de maga luz que os embeveceu, o íman de poderosa força que os atraiu.

Agora, que vai comemorar-se com o máximo brilhantismo o VIII centenario da conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques, não vem fora de propósito dizer que Leiria foi um natural centro de apoio para a tomada aos mouros de todas as terras, que lhe ficam para o sul, incluindo Lisboa.

No século XVI, o grande poeta leiriense Francisco Rodrigues Lobo vinha frequentes vezes à Côte, esquecendo periódicamente o bucolismo da sua terra, os trilhos da filomela nas veigas do *Lis* e até talvez os seus infortunados amores com a filha dos Marqueses de Vila Real, no bulfício e no cosmopolitismo da ca-

pital. Pode dizer-se que foi vítima do seu amor a Lisboa, pois que morreu num naufrágio nas águas do Tejo, junto a Santarém, quando mais uma vez vinha em demanda de Lisboa, provavelmente para matar saudades.

Um outro poeta, primo de Rodrigues Lobo, leiriense como ele, e grande amigo de Camões — o Soropita, por aqui passou os estos da mocidade, deleitando os contemporâneos com o seu humorismo, edificando-os com a sua flama patriótica, até que, desenganado do mundo, foi amortilhar-se num hábito de penitente na Serra da Arrábida.

Passando de épocas mais remotas à presente, é interminável a lista dos leirienses que, à semelhança da mariposa deslumbrada pelo clarão da chama, vieram fixar-se na *cidade das sete colinas*, flanqueada pelo estuário monumental do Tejo, ocupando lugar de destaque nas letras, nas artes, na política, no exército, na marinha, no comércio, na indústria e na burocracia.

Mas... demasiadamente tenho abusado das vossas preclaras atenções, e vou já terminar, saudando com toda a afectividade do coração e com todo o calor, de que ainda é susceptível o meu espírito, o Grupo «Amigos de Lisboa», ao qual, como confrade nessa amizade, eu ambiciono as maiores venturas e um futuro ridentíssimo a Bem de Lisboa.

1.ª CONFERÊNCIA BIENAL DOS AMIGOS DE LISBOA

CRIANÇAS E ESCOLAS DE LISBOA

Tese apresentada pelo Dr. JOSÉ GONÇALO SANTA RITA

A convocação desta primeira Semana dos «Amigos de Lisboa» engloba nos temas a estudar, não só os aspectos materiais do urbanismo lisiponense, a conservação dos monumentos, o arranjo da cidade, os planos da sua expansão futura, a expurgação das deformidades que a maculam, mas também os aspectos morais da vida urbana, a vida intelectual e saneamento moral, o aperfeiçoamento cultural da vida cidadina. Os bons amigos de Lisboa, não desejam apenas uma cidade de amplas avenidas, grandiosos edifícios e agradáveis jardins. Desejam também, museus, escolas, salas de concertos e conferências, tudo que faz da capital o cérebro da nação, mas desejam também elevação de cultura popular, educação e amparo para todas as classes da população.

Per um contraste doloroso, e muitas vezes citado, nas grandes urbes em que se reúnem as florescências espirituais e materiais da civilização encontram-se também as mais repulsivas manifestações da degradação e da criminalidade.

Mais certamente do que em qualquer parte é na grande cidade que a criança precisa de ser amparada e educada. É preciso que pelo desamparo a que vote a criança, a cidade não seja o caldo de cultura de ignorância, da devassidão ou do crime.

O problema da educação deve merecer todos os cuidados, deve ser uma das preocupações dos *amigos da cidade*. Parece-me que em Lisboa não se lhe dá a atenção devida que não constitui uma das preocupações de todos os amigos da cidade e que deve passar a constituí-la.

Esta comunicação tem apenas por objecto indicar números a que suponho, não se deu atenção e que mostram a gravidade do problema, insuspeitada para quase todos, ou pelo menos para a grande maioria dos lisboetas cultos.

Há em Lisboa algumas instituições de educação e assistência oficiais ou particulares, dignas de todo o elogio, mas tem de confessar-se que ainda em número insuficiente: o Anuário Estatístico de 1942, indica-nos para o distrito de Lisboa, 17 internatos e 27 externatos ou semi-internatos de assistência á primeira infância, 38 internatos e 39 semi-internatos e externatos para a segunda infância.

É pouco sem dúvida.

Mas cuido que o problema não deve ser olhado apenas sob o aspecto da assistência ainda que em parte se lhe ligue. A assistência indica uma situação digamos de anormalidade económica ou familiar das crianças que a recebem e de que a instrução é subsidiária.

O problema para que desejo chamar a atenção dos Amigos de Lisboa é outro, é o da situação das crianças da cidade no que respeita à instrução e à escola.

Começemos pela escola.

Pode dizer-se que são em Lisboa poucas, infelizmente, as escolas primárias bem instaladas. Não há que tratar do ensino infantil visto que foi oficialmente abolido pela última reforma do ensino primário.

É de esperar que o actual Ministro da Educação Nacional que iniciou uma obra de reconstrução pedagógica digna de todo o aplauso o restabeleça em breve.

Seria longo, fastidioso e difícil apontar as condições de instalação das escolas primárias da cidade. Há escolas em primeiros e segundos andares de velhos prédios, com o barulho de eléctricos e camiões sob as janelas, por vezes com vizinhanças deploráveis, em muito más condições de hygiene.

Devem os Amigos de Lisboa esforçar-se porque as crianças da cidade tenham escolas aceitáveis. Haverá decerto ainda possibilidade de encontrar em todos os bairros da cidade terrenos livres ou pelo menos construções de pouco valor que se possam expropriar para a construção de escolas primárias com as necessárias condições pedagógicas.

Passemos aos alunos.

O 8.º Recenseamento Geral da População, no vol. XII (Distrito de Lisboa) há pouco publicado informa-nos que em idade escolar, dos 7 aos 13 anos, há na cidade de Lisboa, 73.868 crianças (36.824 rapazes, 37.044 raparigas). Destas frequentavam a escola primária 32.229 (16.896 rapazes, 15.333 raparigas), frequentavam a instrução secundária 7.133 (4.122 rapazes, 2.991 raparigas).

Já tinham instrução primária 7.276 crianças (3.181 rapazes, 4.035 raparigas).

Temos portanto, 46.618 crianças (24.199 rapazes e 22.419 raparigas) que ou já tinham exame de instrução primária, ou frequentavam a escola primária ou secundária. Para as 73.868 crianças recenseadas faltam 27.250 crianças que na capital do Império, e em plena idade escolar não frequentavam a escola!

É preciso corrigir que 341 crianças de 7 e 8 anos que o censo indica como tendo exame de instrução primária não o podem ter pois não podiam ter feito o exame nessas idades).

Se em lugar de tomarmos o grupo dos sete aos treze anos que, no nosso sistema escolar, já abrange alunos que devem frequentar a escola secundária, tomarmos o grupo dos 7 aos 11 anos puramente primário, verificaremos que de 41.621 crianças só 22.635 andam na escola: 564 já no ensino secundário e 22.071 no primário.

Mais de 20 % (18.986) não frequentam a escola.

Estes numeros parecem-me expressivos e deploráveis.

Explicam-nos os bandos de garotos que se vêem em diversos pontos da cidade, às horas das aulas, a todas as horas do dia e parte das da noite...

Não frequentaram a escola dos 7 aos 11 anos nem dos 11 aos 13...

Iremos encontrá-los noutro grupo etário dos adolescentes dos 14 aos 19 anos.

Diz-nos o censo que somam 77.747, de ambos os sexos tendo exame de instrução primária 25.236 e de instrução secundária 1.100, frequentando ainda a escola primária 3.505 e as escolas secundárias e superiores 16.269.

Há fora da frequência escolar 31.637.

É um grupo etário em que já muitos adolescentes se encontram empregados ou por, na maioria, não terem passado da instrução primária ou por terem tentado cursos médios que abandonaram.

É sem dúvida pequena a escolaridade e portanto a valorização social deste grupo mas a informação mais confrangedora do censo é que sabiam ler 64.973. Analfabetos 12.954!

Pergunta-se que aproveitamento social poderão ter, que officios podem exercer numa cidade como Lisboa estes treze milhares de analfabetos?

De certo que muitos dos recenseados chegarão a Lisboa já fora da idade escolar, mas o estudo do primeiro grupo diz-nos que muitos aqui se criaram longe da escola.

Parece-me que os Amigos de Lisboa dentro dos objectivos que os agrupam em prol da cidade, podem e devem chamar a atenção de todos os lisboetas, das instituições particulares de instrução, da imprensa, e das entidades officiais para que na nossa cidade, sede das Academias, de duas Universidades, no meio do maior núcleo de escolas secundárias e superiores do país, na capital do Império, não cresçam milhares de crianças sem instrução.

Estou certo que a propaganda que se fizer para construir edificios escolares e levar as crianças à escola há-de ser bem recebida e atendida pelos organismos competentes.

Mas creio que é preciso, e que é um dever, fazê-la.

Lisboa, 29 de Setembro de 1945.

«PULMÕES» DA CIDADE

Tese apresentada pelo Dr. AMARO D'ALMEIDA

(notas sumárias dum trabalho mais completo)

Lisboa, como todas as grandes cidades, condensa na sua atmosfera fumos, gases e vapores, produtos residuais das mil e uma actividades que nela se exercem. Torna-se impossível enumerar todas as causas viciadoras da atmosfera, tantas elas são, mas não há ninguém que lançando à sua volta um olhar cuidadoso, não encontre quantas quiser. São os motores de explosão dos veiculos que passam, as chaminés das fábricas, das padarias, das locomotivas ou das nossas casas, a nossa respiração, a do nosso semelhante, a dos animais que conosco vivem e até o cigarro que fumamos.

Evidentemente que há mecanismos reguladores, capazes de substituir a atmosfera viciada por outra mais sã e que mantêm, portanto, duma forma mais ou menos constante, todas as condições de vida dessas actividades. Chame-mos «Pulmões» a esses mecanismos reguladores, pelo sentido figurado.

Observadas devidamente as coisas, Lisboa não é uma cidade de maus «Pulmões». Tem a favorecer a renovação constante da sua atmosfera alguns factores naturais que consideramos de primordial importância.

Citamos, por justiça, em primeiro lugar o estuário do Tejo. Como apreciável massa de água que é, dá lugar, pelas razões bem conhecidas, às brisas da terra e do mar, criando de manhã uma corrente no sentido sul-norte e à tarde a de retorno, no sentido norte-sul.

Dêste fenómeno tira-se o verdadeiro partido, pela magnífica orientação que o Marquês de Pombal deu às ruas da Baixa, certamente até por outras razões.

O que é um facto é que a brisa da manhã canaliza-se pela Baixa, ao longo das suas ruas, trazendo a atmosfera do Tejo, que lhe é devolvida à noite, na brisa de retorno, já carregada dos resíduos que o labor da cidade produziu.

O segundo factor natural são as colinas, que constituem em primeiro lugar, e principalmente, um motivo de dispersão das correntes atmosféricas gerais. Depois podemos pensar nas brisas do vale e da montanha, a pesar de serem de altitude relativamente pequena para se tornarem apreciáveis na prática.

Os pontos altos, primeiramente aquecidos, com o amanhecer, chamam a si a atmosfera do vale. Mas, ao anoitecer, são os pontos altos que primeiramente arrefecem, por irradiação, originando então uma brisa no sentido oposto. Vejamos que este mecanismo completa o anterior. A brisa do vale continua a brisa do mar, trazendo de manhã aos pontos mais altos da cidade, a atmosfera que o Tejo cedeu purificada. A brisa da terra continua a brisa da montanha, levando ao anoitecer, para o Tejo, a atmosfera viciada dos pontos mais altos da cidade.

A estes fenómenos podem, como é evidente, sobrepor-se os outros fenómenos atmosféricos gerais, como correntes ciclónicas, alisadas ou contra-alisadas, que apagando as brisas ou favorecendo-as, alteram-nas na sua pureza, mas mantêm de qualquer modo a renovação atmosférica.

Completando estes factores naturais, a mão do Homem pode ainda ajudar apreciavelmente a pureza do ar da cidade em que vivemos. E assim, as artérias dos bairros novos são largas, de modo a garantirem a penetração franca do sol e a canalizarem num ou noutro sentido a atmosfera que contêm. Por outro lado, são arborizadas, outro factor adjuvante da renovação atmosférica aérea.

É de todos bem conhecido o notável fenómeno clorofilino das plantas, que fixam de dia, mediante a energia solar, o anidrido carbónico, purificando a atmosfera graças ao oxigénio que desprendem.

É bem claro que cada aglomerado de árvores na cidade, constitui um verdadeiro «Pulmão», fixando o gás carbónico, impróprio para a nossa vida (mas indispensável para elas), fixando poeiras e equilibrando o estado higrométrico do ar. Lisboa tem alguns destes preciosos «Pulmões», embora não em tão grande número como seria para desejarmos. Lembramo-nos da Tapada da Ajuda, Jardim Botânico, Tapada das Necessidades e Jardim da Estrela, todos incomparavelmente mais pequenos que os grandes «Pulmões» das outras capitais.

Além destes parques, temos os jardins públicos, que podem ser considerados pequenos «Pulmões», com a diferença que, em relação ao espaço que ocupam, é muito mais pequeno o seu rendimento que o do «Pulmão» construído *ad hoc*. A razão está no facto dos nossos jardins terem muita relva, algumas flores e poucas árvores. Um «Pulmão» precisa de muitas árvores, alguma relva e nenhuma flores.

Os higienistas e urbanistas que nunca descuidaram o problema de eliminação dos resíduos sólidos e líquidos, removendo lixos e construindo esgotos, nunca fixaram a atenção tanto na eliminação dos resíduos gasosos da cidade, construindo nela os «Pulmões». Devem ser responsáveis desse descuido os factores naturais apontados, que não tornam Lisboa uma cidade verdadeiramente abafada e de atmosfera muito pesada e também o facto de se julgar que a viciação atmosférica depende só dos resíduos sólidos e líquidos. Sendo os parques

mais um motivo de preocupação económica, tanto na sua construção como na sua manutenção e tendo em vista a sofreguidão por um palmo de terreno que ainda vigora como no tempo das muralhas, temo-nos contentado com a remoção de lixos e escavação de esgotos para manter a salubridade.

Ora, bem sabemos que assim não deve ser. Impõe-se, sem dúvida, a criação de «Pulmões» vivificadores do ar da cidade. Lembremo-nos sempre dos bairros velhos, onde a densidade da população é enorme e a pestilência não falta. A propósito recordamo-nos da interessante conferência de Norberto de Araújo, «Alfama, como eu a não vejo», proferida há cerca dum ano. Sua Ex.^a, no capítulo das *Transformações e valorizações*, cita já a construção de dois ou três jardins ou manchas de ajardinamento, em locais onde o trânsito não fosse prejudicado. A Mouraria tem para esse efeito uma esplêndida clareira entre a Rua de João do Outeiro e o Bêco do Jasmim, de área relativamente suficiente.

Por toda a parte da cidade há inúmeros espaços que ainda escaparam à fúria construtora de prédios e onde pequenos «Pulmões» prestariam o seu maior benefício. Confrange-nos, ao olhar para a encosta que desce da Penha para o Bairro das Colónias (frente à Praça do Ultramar), supormos que dentro dum espaço de tempo mais ou menos curto, será coberta de prédios e paredes de suporte. Que belo parque ali se criava, coroado dum imponente miradouro. Não fazíamos favor nenhum se fizéssemos de todo o Parque de Eduardo VII apenas um parque-«pulmão», pois qualquer das outras grandes cidades do mundo os tem bastante maiores (só o Hyde Park, de Londres, é cinco vezes maior). A estas horas, este malfadado recinto, que tem sido tudo, desde feira de cavalinhos até refúgio de bandoleiros, já está naturalmente todo retalhado nos planos de urbanização para abertura e prolongamento de novas avenidas. Não poderá ficar, pelo menos um desses retalhos para fazer um «Pulmão» a sério?

A enorme Quinta dos Peixinhos, o Bairro América, os terrenos anexos à Escola Veterinária, as encostas do Monte e da Graça e tantos outros locais desprezados e tão apropriados.

Os «Pulmões» são parques que, para melhor se desempenharem da sua missão, devem obedecer a um certo número de princípios. O seu principal motivo, são as árvores. Estas devem ser de sombra, de folhagem perene e frondosa, não interessando a estatura. Os parques maiores podem ter a associação do eucalipto, que desprende as preciosas essências antissépticas das vias respiratórias. O jardim do Hospital de D. Estefânia, embora pouco arborizado, dá uma ideia vaga destes «Pulmões» mistos.

Devem ser sóbrios, dispensando tanto quanto possível a arte da jardinagem, dispendiosa e desnecessária. Basta que entre as árvores haja áreas bem delimitadas, com bancos de pedra sólidos e simples para dispensarem vigilância.

Certos recantos, espaços entre alas, socialcos, etc., onde o sentido da estética o aconselhar, podem ser cobertos de relva inglesa, que além de compor o conjunto, é agradável para a criança se sentar e mantém um certo grau de frescura.

Certamente que o antigo Ministro Duarte Pacheco, ao virar-se para a Serra de Monsanto, não deixou de pensar na necessidade de Lisboa respirar. Se é certo que o «Pulmão» fora do corpo mal o oxigena, pelo menos é possível ao lisboeta ir ali perto respirar um ar mais puro e voltar para a cidade com os pulmões lavados.

Lisboa, cidade de sol, com o Tejo aos pés, sete colinas e «Pulmões» de verdura, desafiará as mais arejadas e salubres cidades do mundo, na pureza do céu azul que a afaga.

Lisboa, Agosto de 1945.

LISBOA PRECISA DUM BLOCO MODERNO PARA ESCRITÓRIOS

Tese apresentada pelo Dr. AMADEU FERREIRA DE ALMEIDA

Quem regressa a Lisboa depois de passar anos no estrangeiro, nota logo que a nossa Baixa, comercial e bancária por excelência, não progride nem acompanha o movimento construtivo de todosos países nas nossas condições, e até mesmo da vizinha Madrid, em que se vêem no centro novos edificios de Bancos, Hotéis, Sociedades e Companhias, todos entre 8 e 16 andares, isto apesar do seu espaço ser mais vasto e plano. A nossa Baixa, entalada no Vale do Valverde, entre as apertadas colinas do Carmo e do Castelo (por conseguinte sem possibilidade alguma de expansão) tem fatalmente que seguir aquele exmplo, ou nunca progredirão nem o seu comércio, nem os proventos do Município, que bastante falta lhe fazem se deseja cumprir a sua missão condignamente.

Pois sendo isto axiomático, já um Engenheiro oficialmente declarou que a Câmara não consentia *arranha-céus* porque esses só eram aconselháveis onde havia falta de espaço, o que não era o caso de Lisboa!! É claro que em Lisboa não falta espaço em Monsanto ou no Lumiar, mas quem irá lá instalar um Banco, consultório, agência ou escritório seja do que fôr? Seria o suicídio!

Devo declarar que nunca pensei em construções de 100 andares, nem mesmo de 36, como a Câmara proibiu o Sr. Rogeroni de construir com capitais estrangeiros... nas Avenidas Novas! A anterior Câmara cometeu nisso um erro, pois sendo quase certa a falência da primeira Empresa, ficava cá o dinheiro, proporcionava muito trabalho e salários a muita gente, e uma segunda ou terceira Companhia terminaria a obra, como aconteceu em Buenos Aires com o colossal Hotel Alvear; teria agora Lisboa um edificio como ainda não viu, nem verá a actual geração.

Os *arranha-céus* que nas minhas conferências tenho aconselhado para Lisboa, e para começar, são modestos, indo apenas de 8 a 12 andares, nunca mais. A Câmara parece que se vai convencendo disso, pois já autorizou 8 andares no Parque Eduardo VII e delíneoa ela mesma outro tanto no plano de urbanização do Arieiro! Como vêem há apenas um erro de local. É em plena Baixa que eles são indispensáveis, senão vejam os preços que ali se pagam de «trespasses», e como estão apinhados e pobremente instalados quase todos os escritórios.

Pois apesar disto a Câmara ainda consente que continuem ali, e com manifesto prejuízo de espaço, e seu em matéria colectável, prédios de um andar, como o do Café Montanha, à esquina da Rua Assumpção e Sapateiros, que tem na esquina em frente outro também só de um andar *nobre* com o número 136 da Rua dos Sapateiros. A Rua dos Correeiros tem nada menos que três neste género: o número 70 só com 1 andar e oito portas, e os números 40 e 162 de dois andares e sete portas! Na Rua de Santa Justa n.º 25 há, à esquina dos Douradores, um prédio dum só andar formado por um atelier abarracado! E na esquina desta última Rua n.º 178 um prédio só de dois andares, bem como o da Rua do Crucifixo n.º 75. Toda a Rua dos Fanqueiros devia alinhar pelo prédio n.º 278, o único, correcto.

Se a Câmara não modificar este estado de coisas, chega a prejudicar os

Municipes, pois a Baixa não é local para «vilas», como se fosse a Costa do Sol!...

Em qualquer parte, tratando-se do Bairro Comercial — a nossa City — estes proprietários teriam sido *convidados* a construir prédios altos ou a vender a quem os construísse em curto prazo, sobretudo agora que acabaram as guerras. O caso da *Regent Street* de Londres fornecerá sempre um aconselhável precedente a quem compreenda e dirija estas coisas.

É evidente que *todos* os prédios da Baixa devem ser, pelo sistema moderno de construção em uso no estrangeiro, alteados, como aconselho para o Rossio em Tese especial, de modo a igualar a sua altura, hoje já bastante irregular. Mas isso não basta, porque esses 6.^{os} e 7.^{os} andares não servem para escritórios, quando muito servirão para depósitos, se não continuarem como residências como até agora, o que também é rendoso.

O plano grandioso, monumental, moderno e produtivo seria o seguinte: Construir já 2 Blocos imponentes de 10 ou 12 andares, um no local do Banco de Portugal, até à antiga Igreja de S. Julião, que poderia ser edificado por aquele Banco para seu uso, e outro no actual local do Banco Nacional Ultramarino, ambos de igual aspecto, área e altura, de modo que, vistos do Rio, se enquadrassem harmoniosamente no conjunto arquitectónico do Terreiro do Paço, não o desfeando e pelo contrário emprestando-lhe um fundo condigno, simétrico e progressivo. Este plano nada tem de fantástico nem de irrealizável, se forem applicados os processos de venda anterior à construção que há muito preconizo, como realizou em dois anos a pequena capital de 260.000 habitantes — Oslo, elevando o seu palácio de 20 andares à custa de vários Blocos de 8 que o circundam, os quais visitei muita vez, por um ter sido comprado antes de construído, pelo Monopólio do Vinho. Vão lá vê-los. — Vale a pena, e aprenderão alguma coisa.

Julgam talvez que nos locais que indico os andares não teriam compradores ou alugadores? E mais que fossem!

Senão, bastaria uma experiência: façam um plano provisório e abram uma inscrição; verão o resultado.

Mas nada disto infelizmente se fará, porque nos falta espírito atrevido e moderno de iniciativa — somos verdadeiros «apagadores»... Falta-nos um homem da tempera de Alfredo da Silva, o único português que, por ter viajado muito, compreendeu a época em que vivemos, e tinha a coragem dos grandes empreendimentos.

Já nos disse Oscar Wilde: «São as personalidades, não os princípios, que movem as idades». O qual também escreveu, e se applica a Portugal: «Ensinamos o povo a recordar, nunca lhe ensinamos a crescer».

Por isso me limito a propor apenas a imediata construção de um só Bloco-modelo para Escritórios, indispensável em qualquer capital moderna, e cujo tipo podia, em menor escala, ser construído em todas as capitais de província, como já propus a Faro.

Vi construir um no centro de Copenhague, onde logo se instalou o Consulado de Portugal.

Sendo um só Bloco, já não deve ser escolhida a Rua do Comércio, para não destoar do conjunto. Há apenas então um local naturalmente indicado, que muito se valorizaria, além de representar grande aproveitamento, receita, progresso e mesmo saneamento dum recinto infecto. Todos conhecem a viela que parte do Largo por detrás do Teatro Nacional, e sabem o que lá se passa — uma vergonha! Tudo aquillo se modificava sendo construído ali um Bloco muito central e cómodo para escritórios, que tomasse todo o espaço entre a Caserna de Bombeiros Municipais e a Rua Eugénio Santos. Como o majestoso edificio devia servir de fundo regular ao Teatro Nacional — cujo efeito podem estudar nas Óperas de Paris e Madrid, que têm por detrás altíssimas edificações para

desenvolvimento cénico que não as prejudicam — teria talvez que incluir a própria Caserna de Bombeiros. Neste caso a obra podia ser realizada em conjunto com a Câmara que ficaria com uma garagem e um grande pátio interior do edifício, com muito maior desenvolvimento do que o que hoje tem para o pessoal e material, o que seria da máxíma vantagem.

Naturalmente o rés-de-chão da fachada da Rua Eugénio Santos devia ser reservado às lojas que já lá existem e que deviam ter preferência na compra dos novos locais.

No 1.º andar podiam ficar então salas de reunião ou restaurante, do género que o «Cabaret Galgo» precisa, pois a sua instalação actual não tem condições de ventilação para funcionar higiénicamente nas noites de inverno.

Devo finalmente dizer em que consiste e a applicação dum Bloco para Escritórios Modernos: é um enorme edificio de 6 a 8 andares, com elevadores semelhantes ao da Rua de St.ª Justa. Tem um pátio central para entrada de luz e ar e todos os andares acima do 1.º (como os hotéis modernos) constam de um corredor, nunca de madeira, que rodeia o edificio, com quartos numerados dum e outro lado, de modo que os melhores deitam para as 4 ruas e os outros têm janela para o pátio. Muitos destes compartimentos têm porta de ligação de modo a poderem tomar-se 2 ou 3 conjuntamente. Têm todos telefone e aquecimento central, não se admitindo cozinhas. Em todos os andares há pelo menos duas retretes e lavatórios de uso-comum, residindo na entrada um porteiro-gerente.

Estes escritórios são geralmente comprados ou alugados por Companhias, Sociedades, Agências, advogados, solicitadores, médicos, dentistas, engenheiros, desenhadores, casas de comissões e consignações, representantes de firmas estrangeiras ou coloniais, enfim: proprietários, comerciantes, industriais ou agricultores que, vivendo na provincia, nas ruas excéntricas da cidade ou nos arredores, precisam ter na Baixa um local onde realizem conferências, tratem negócios, mudem de fato ou mesmo descensem.

É este o arranjo moderno indispensável em qualquer cidade em que se compreenda a vida e em que se saiba viver. Sim, porque como escreveu Oscar Wilde: «Viver é a coisa mais rara do mundo. A maior parte da gente apenas existe.» Ora a minha divisa foi sempre: «Num vivimus, vivamus!»

CONCLUSÃO: — Lisboa não tem e precisa urgentemente dum Bloco moderno para Escritórios, que poderia servir para sanear o local por detrás do Teatro Nacional, entre a Caserna de Bombeiros e a Rua Eugénio Santos, bem mal utilizado.

A sua falta é comprovada pelos elevados «trespasses» pedidos na Baixa.

O edificio de 6 a 8 andares podia construir-se rapidamente se fosse usado o sistema moderno de vender antecipadamente vários dos futuros apartamentos, como se faz em toda a parte, sempre que uma Companhia construtora não queira explorar o edificio por arrendamentos. O mesmo modelo, em menor escala, podia ser construído nas capitais de provincia.

Agosto de 1945.

CAPTAÇÕES
DE ÁGUA
SUBTERRÂNEA



FUNDAÇÕES
DE TODOS
OS GÉNEROS

(Um quarto de século de especialização técnica)

Empresa de Sondagens e Fundações

TEIXEIRA DUARTE, L.^{DA}

Rua da Betesga, 57, 3.º, Esq.

LISBOA

CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA
Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Pêles confeccionadas e a retalho. Retrosaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos
ON PARLE FRANÇAIS ENGLISH SPOKEN

Empresa Insulana de Navegação

CARREIRAS REGULARES ENTRE LISBOA, MADEIRA E AÇORES

Saídas em 8 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Santa Cruz), S. Jorge (Calheta), Pico (Lages) e Faial.

Saídas em 23 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia), S. Jorge (Velas), Pico (Cais), Faial, Corvo e Flores (Lagens e Santa Cruz).

A escala da Ilha do Corvo só se efectua nos meses de Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando também o vapor naquele porto no mês de Fevereiro, só para troca de correspondência e serviços de passageiros.

AGENTES

EM LISBOA

GERMANO SERRÃO ARNAUD

Carga e passagens de 3.^a classe
Avenida 24 de Julho, 2, 2.^o
Telef. 20214/15

Passagens de 1.^a e 2.^a classes
Rua Augusta, 152
Telef. 20216

NO PORTO

J. T. PINTO VASCONCELOS, LIMITADA

Na Madeira

Em Ponta Delgada

BLANDY BROTHERS & C.^o L.^{da}

BENSAÚDE & C.^o, L.^{da}

CIMENTO TEJO

CANTARIAS—MÁRMORES

ANTÓNIO MOREIRA RATO & F.^{os}, L.^{da}

Telefone 60879

Telegramas — RATO FILHOS

Avenida 24 de Julho, 54-F.

LISBOA

Dominguez & Lavadinho, L.^{da}

PAPELARIAS

nacionais
e estrangeiras

FABRICA de
sobrescritos, ma-
nipulação de pa-
péis de escrever
e sacos de papel



**TINTAS DE
ESCREVER**

nacionais
e estrangeiras

**PAPÉIS QUÍMI-
COS**, lápis, arti-
gos de escritório
e de desenho

SEDE: Rua da Assunção, 79 a 85 e Rua dos Sapateiros, 135 a 143

Telefones: 2 5201 / 02

FABRICA: Av. Casal Ribeiro, 18 a 25 — LISBOA

TODOS OS PRODUTOS DA

COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS

SUPERIOR, FRANCÊS, VIRGINIA, HOLANDÊS, TIP-TOP, AVIZ,
PROVISÓRIOS, TAGUS, LISBOAS, SPORTING, ETC., ETC.

são fabricados, com ramas escolhidas, pelos processos mais modernos
para bem servir os fumadores

Edições da "PORTUGALIA"
sobre Lisboa

A CARAVELA E OS CORVOS

por *SUSANNE CHANTAL*. — Os oito séculos da história da Capital, num encantador livro de 500 páginas

30\$00

A NOSSA LISBOA

por *MATOS SEQUEIRA* e *PASTOR DE MACEDO*. — Prémio «Júlio de Castilho» da C. M. L.

40\$00

GUIA E PLANTA DE LISBOA

por *NORBERTO DE ARAÚJO* e *ANTÓNIO SOARES*

Edição portuguesa **12\$00**

Edição francesa **15\$00**

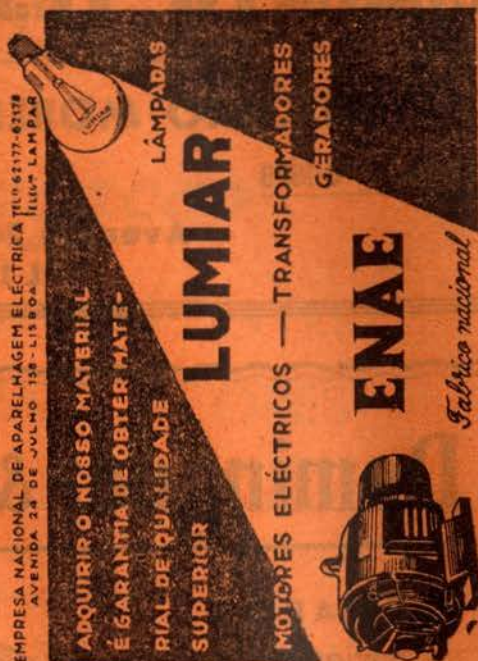
Edição inglesa **15\$00**

A' venda em todas as livrarias

EMPRESA NACIONAL DE APARELHAGEM ELÉCTRICA TEL. 62177-82178
AVENIDA 2.ª DE JULHO 158 - LISBOA

LÂMPADAS
LUMIAR
MOTORES ELÉCTRICOS — TRANSFORMADORES
GERADORES
ENAE
Fabrico nacional

ADQUIRIR O NOSSO MATERIAL
É GARANTIA DE OBTER MATERIAL DE QUALIDADE SUPERIOR



AO PEDIR

ÁGUA MINERAL

PEÇA



LEVE, ESTOMACAL, LÍMPIDA

Efeitos imediatos na digestão

— À venda em toda a parte —

MÓVEIS DE MADEIRA
PARA ESCRITÓRIO

SEMPRE EM EXPOSIÇÃO
ORÇAMENTOS GRÁTIS

**THE MODERN
OFFICE, L.^{TD}**

Telef. 2 3465

Rua do Alecrim, 107—LISBOA

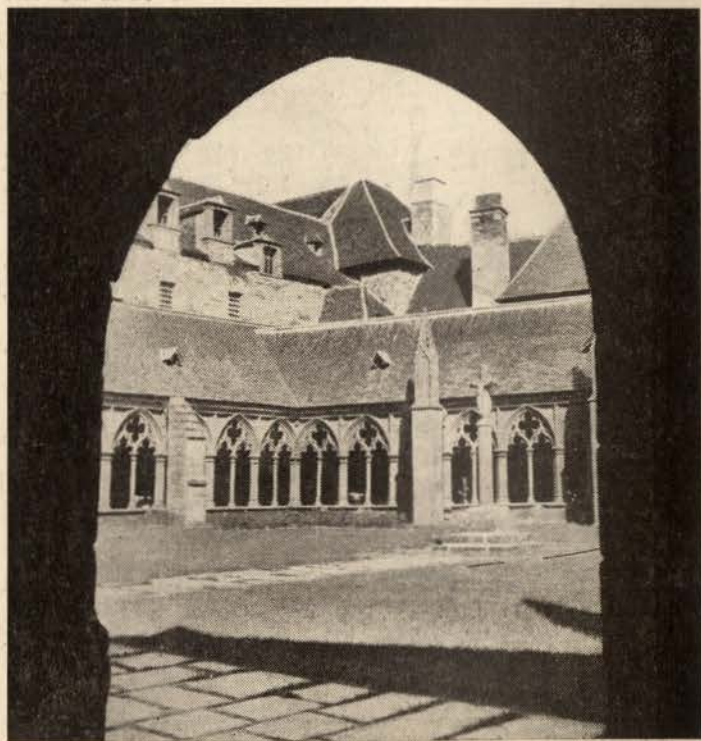
FRANCE

MINISTÈRE DES TRAVAUX PUBLICS
ET DES TRANSPORTS

COMMISSARIAT GÉNÉRAL AU TOURISME

DIRECTION PORTUGAL

68, Rua de S. Domingos, à Lapa — Lisboa



Visite a Bretanha
País de velhas legendas
e de rico folclore

Ouvrivesaria da Guia

FUNDADA EM 1875

DIAS — OURO — PRATAS — RELOGIOS

Rua Martim Moniz, 2-10 / Telefone 28336
Rua da Mouraria, 7-11 LISBOA

Romão & Comp.^a

Antiquários

7, R. D. Pedro V, 51
Telefone 2 844
LISBOA



CASA DOS PANOS

A primeira casa
da especialidade

Sortimento completo em
panos brancos e de cor
em linhos de todas as
larguras

5, R. DOS FANQUEIROS, 49
(à esquina da Rua de S. Julião)

Figuel A. Fraga, L.da R. da Palma, 26-28—LISBOA

TELEFONE 2 8503

Ouvrivesaria, relojoaria e joalheria

Trabalha sortido em MONDGRAMAS

de ouro e prata para carteiras

sempre jóias em 2.ª mão

Tudo mais barato

Compra-se Ouro, Prata
e Brillhantes

Descontos especiais a todos
os «Amigos de Lisboa»

Especialidade em Anéis, Meda-
lhas, Alfinetes, etc., com retra-
tos esmaltados

ENFERMAGEM E TERAPÉUTICA CIRÚRGICA

PELO DR. VASCONCELLOS ARRUDA

prof. da Escola de Enfermagem Artur Rôvara

É um livro de utilidade para todos, e que todos devem ter à mão.
Com 464 págs., e cerca de 200 gravuras. Cartonado Escudos 150\$00

À venda nas livrarias

DEPOSITÁRIO:

JOSÉ FRANCISCO D'OLIVEIRA

Telef. 2 9635 — R. do Amparo, 94-1.º E. — LISBOA

ESTORIL

COSTA DO SOL

A 23 QUILÓMETROS DE LISBOA
EXCELENTE ESTRADA MARGINAL

Rápido serviço de comboios eléctricos —
Clima excepcional durante todo o ano

Todos os desportos: Golf, (15 buracos), Ténis, Hipismo,
Natação, Esgrima, tiro, etc.

Estoril-Palácio-Hotel: Moderno e elegante — Magnífica
situação.

Hotel do Parque: Todo o conforto — Anexo às termas.

Monte-Estoril-Hotel: (antigo Hotel de Itália) completa-
mente modernizado.

Estoril-Termas: Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisio-
terápico.

Análises Clínicas — Ginástica Médica — Maçagens.

Tamariz: Magníficas esplanadas sobre o mar. Restaurante
— Bar.

PISCINA de água tépida — SALA DE ARMAS
ESCOLA DE EQUITACAO — «STANDS» DE TIRO

CASINO: Aberto todo o ano — Cinema —
Concertos — Festas — Dancing — Restaurante —
Bars — Jogos autorizados

Informações: — Soc. Propaganda da Costa do Sol
ESTORIL

Romão & Comp.^a

Fabricantes
de Balanças

Fundada em 1778

13, Cruzes da Sé, 29
Telefone 2 2305

LISBOA



Alberto Alves Natário

Encadernações simples e de luxo

Vivenda Yolanda
Bairro da Mina
AMADORA

Bertrand (Irmãos), L.da

Fotogravura

Tipografia

Fotólito

Desenho